

Delineamentos Gerais:

Ribeirão Sustentável: um projeto de cidade

+ inteligente

+ eficiente

+ humana

Aos

quais se seguirá um

Conjunto de Propostas de Políticas Públicas

Município de Ribeirão Preto – Estado de São Paulo

“Quando um homem assume uma função pública, deve considerar-se propriedade do público.”

Thomas Jefferson

“Chama-se *plano* a previsão de um sistema de operações destinadas a cumprir certa finalidade. Envolve *previsão, operação e finalidade*. Previsão supõe temporalidade. O homem planeja, tem que planejar, porque é temporalidade, porque se constitui a si mesmo na dimensão do tempo, em suma, porque a vida humana é projeto, *projeção para o futuro*, do qual não pode deixar de fazer a prefiguração imaginária. Por isso então, por esta razão metafísica profunda, o homem é o animal que planeja, pois vivendo desde já o *futuro* tem que prevenir e prever cada passo de sua vida. Já sabemos que a vida nos é dada, mas não nos é dada feita, e sim por fazer, como tarefa, empresa, quefazer. O projeto, a prefiguração imaginativa daquele que somos, permite-nos a cada instante escolher dentre as possibilidades que mais interessam à construção do nosso plano de vida. O plano é algo que deriva do projeto, e este se constitui num “a priori” em relação àquele. Planeja-se o que se vai *fazer*, em função do que se vai *ser*. O projeto tem estrutura ontológica; projeta-se o ser, enquanto que o plano tem estrutura meramente operacional: planeja-se o fazer. Como o fazer humano é inspirado no ser, é no projeto que se consubstancia o conteúdo do plano. O conteúdo do plano é fornecido pelo projeto; traça-se um plano de ação segundo o que se quer ser. O princípio de que o conteúdo de todo e qualquer plano de ação é o projeto de vida vale, igualmente para a vida pessoal e para a vida humana social. Assim, o conteúdo do planejamento político é o projeto político, aquela pretensão de vida em comum, congregando uma pluralidade de grupos segundo uma universalidade de fins.”

KUJAWSKI, G. Mello, in “O Projeto Político, Vozes, 1.976

I – Apresentação (Visão Geral Orientadora)

Vivemos um dos momentos cruciais da nossa História. Não se tem notícia de outro mais grave. Além da decadência econômica que nos lança numa longa depressão, a crise política se revela em práticas anti-republicanas que nos envergonham. Esses dois vetores podem decidir o nosso futuro, uma vez que a interferência recíproca de um sobre o outro nos tem causado sobressaltos quase que diários.

É necessário restaurar, senão, mesmo, instaurar a República.

Em nosso Município não é diferente. Assistimos nos últimos anos a uma derrocada geral: um sistema de saúde inepto, voltado para a doença e não à prevenção; de educação que não educa e não promove a cidadania; de sujeira acumulada nas vias públicas por falta de tratamento adequado dos resíduos urbanos de toda natureza; de desmandos administrativos e práticas nocivas; da mobilidade urbana caótica, pelo transporte público que privilegia o deslocamento individual e não o coletivo; pela degradação da cobertura asfáltica, que multiplica crateras por toda a malha urbana; pelos parques e praças abandonados que impedem a legítima convivência social; pela proliferação de sub-habitações em núcleos de favelas; pelo mau planejamento da expansão urbana que favorece grupos econômicos do setor imobiliário e não o imperativo do interesse social. Enfim, um conjunto de horrores que precisa de um basta (!), de uma mudança radical, de um choque de governança e de gestão.

Embora tenhamos necessidade de obras audaciosas, por exemplo, a criação de eixos de deslocamentos rápidos como um metrô de superfície; a implantação de sistemas de reciclagem total de resíduos sólidos urbanos, desde a volumosa produção de entulhos da construção civil aos materiais de diversa composição, como os plásticos e derivados dos eletrônicos; o tratamento integral das diferentes formas de lixo: sejam os orgânicos

domésticos, os médico-hospitalares, os industriais e os volumosos derivados de roçadas, de podas de árvores e descartes diversos, além da coleta integral dos esgotos, meta anunciada, mas que jamais foi atingida. Essas grandes metas serão necessariamente buscadas. Porém, a gestão correta dos recursos envolve coisas simples, básicas, funcionais. Coisas que, lamentavelmente, não tem acontecido. Cuidar do patrimônio, limpar e cuidar de ruas e praças, oferecer segurança ao Município. Enfim, cuidar da nossa casa ampliada que é a nossa cidade.

Outra irracionalidade evidente é o inchaço administrativo. Milhares e milhares de servidores envolvidos em “atividades-meio”, enquanto proliferam as terceirizações nas “atividades-fim”. O servidor foi abstraído de sua cidade. Não é mais o seu cuidador. A Prefeitura, anteriormente, produzia tubos, ladrilhos, blocos, massa asfáltica, enquanto que, hoje, aceita o inchaço da máquina administrativa sem tomar atitudes para solucionar o problema.

Existe pouca ou nenhuma integração entre as Secretarias e demais órgãos municipais. O fato é mais grave na grade das que são voltadas para o atendimento social. Qual é a mínima razão de a Secretaria da Educação não utilizar a dos Esportes? E vice-versa. E porque não dialogam e interagem com elas a de Saúde, a da Cultura e a da Assistência Social? Centenas de equipamentos públicos, Escolas, Unidades de Saúde, quadras, salões, são mal utilizados ou sub-utilizados. Some-se a isso uma legião de servidores envolvidos em atividades que poderiam ser complementares e eficazes e não o são.

Nesse mosaico desarticulado, agravado pela inépcia e a incompetência, é necessário um fio condutor, uma lógica organizadora, um esforço de gestão que gere o inverso do que aí está. No último Relatório da ONU sobre as cidades do Mundo, na relação das cem primeiras, não há sequer uma que seja brasileira. Fazer parte dessa lista, não é uma mera vaidade de bons números estatísticos. É, antes, a revelação de que existe a possibilidade de oferecer uma vida qualificada às pessoas que vivem em cada uma delas. A proposta que fazemos é a de buscarmos a inclusão de Ribeirão Preto nessa honrosa lista de cidades dignas de se viver.

Para tanto, é necessária uma visão nova das coisas. Pode ser traduzida por um neologismo importante: ecologizar. Fundamenta-se numa ideia que deve perpassar as atitudes e balizar todas as decisões, qual seja, a de sustentabilidade. Uma visão política que a administração pública brasileira tem-se mostrado refratária ou é a ela timidamente comprometida.

Baseia-se num princípio consagrado nas últimas décadas: o uso dos recursos, quaisquer recursos, que devem satisfazer as necessidades do presente não pode comprometer a satisfação das futuras gerações. Por isso, ela se projeta um tempo alargado, da situação atual comprometida com o que pode acontecer adiante. Enfim, um compromisso temporal com a cidade e com as pessoas, todas as pessoas, que nela vivem.

Envolve a complexidade de atender variáveis independentes que devem ser integradas, nas esferas sociais, energéticas, econômicas e ambientais, quais sejam:

Sociais: absoluto respeito às pessoas, enquanto portadoras de direitos, principal objetivo do ato de governar, de todas as políticas públicas. O ser humano respeitado é o principal agente do respeito à natureza e à cidade que o acolhe;

Energéticas: o uso racional da energia assegura o desenvolvimento econômico, sem o qual as condições de vida da população se deterioram;

Econômicas: favorecer e incentivar as atividades econômicas, priorizando as inovações e os investimentos produtivos;

Ambientais: o meio ambiente degradado abrevia a vida humana, compromete o desenvolvimento econômico e torna o futuro insustentável. Todas as atitudes e políticas de governo se assentarão nessas quatro colunas que o balizarão e lhe darão as condições orientadoras, desde o conserto de um mero buraco de rua ou a construção de uma grande obra pública, de maneira categórica. A todas as ações deverá preceder essa escala de comprometimento, no que couber:

1. *Ecologicamente* correto;
2. *Economicamente* viável;
3. *Socialmente* justo;
4. *Culturalmente* diverso.

Propõe-se dividir todo o organograma funcional da Municipalidade em três eixos estruturantes, quais sejam:

1 – Eixo Funcional Sustentável:

Sendo o Núcleo decisório o próprio Gabinete do Prefeito, diretamente a ele ligados estão: o S.A.M. – Serviço de Atendimento ao Município e a Assessoria de Comunicação Social (Imprensa). As Secretarias de Governo, da Casa Civil, da Administração e dos Negócios Jurídicos; da Fazenda que envolve os setores de Fiscalização e do PROCON; da Segurança, a Guarda Civil e a Defesa Civil; do funcionalismo, que abrange o SASSON e o I.P.M. – Instituto de Previdência dos Municipiários e o da inovação, que abrange a co-participação na FIPASE – Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde e a USP – Universidade de São Paulo.

Área Administrativa

. Gabinete do Prefeito – Governo e Casa Civil - Administração –
Planejamento – Fazenda - Negócios Jurídicos – Fiscalização

2 - Eixo de Sustentabilidade Social:

As Secretarias da Área Social, obrigatoriamente, deverão integrar as suas ações de maneira complementar, maximizando resultados pela sinergia que vier a ser estabelecida. Não poderão continuar a atuar de maneira desarticulada como tem acontecido. Pelo

contrário, deverão somar as suas atividades e programas de modo a obter resultados qualitativos superiores.

As Secretarias de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Esportes e a do Meio Ambiente deverão desenvolver atividades entrelaçadas em *redes de atendimento*, na busca permanente de padrões de excelência, oferecendo um atendimento aos cidadãos que se caracterize pela máxima qualidade e respeito. Os respectivos gestores deverão apresentar um Plano Integrado e, mensalmente, deverão apresentar os resultados alcançados e a permanente avaliação das múltiplas atividades empreendidas.

Área Social

- . compreende as Secretarias Municipais de Saúde - Educação – Cultura – Assistência Social – Esportes e do Meio Ambiente

3 – Eixo Operacional Estruturante

As secretarias de Infra-estrutura e de Obras Públicas devem ser orientadas na busca de máxima eficiência na relação custo/benefício, evitando qualquer forma de desperdício e de mau uso dos investimentos públicos.

Nenhuma licitação será publicada sem o devido Projeto Executivo elaborado por equipe da Municipalidade, tendo, obrigatoriamente, que passar pelo crivo de uma equipe de Auditores Oficiais que zelará pela plena execução e fiscalização em todas as suas etapas de implementação.

Área Operacional

- . Infraestrutura – Obras Públicas

Autarquias – Empresas Públicas – Institutos – Fundações

DAERP – CODERP – TRANSERP – COHAB – SASSON - FIPASE
I.P.M. – PROCON – FUNDET – PEDRO II - FORTEC

4 – Eixo Comunitário Participativo

Ênfase no relacionamento com as Instituições da Sociedade Civil, das Associações de Moradores e todos os Conselhos Populares, na busca de consensos sobre as políticas sociais e econômicas e da relação com outras instâncias administrativas, nacionais e internacionais.

II – Dimensões da Sustentabilidade

1. Breve histórico do conceito de sustentabilidade

Um evento, hoje pouco lembrado, marcou o início da atual preocupação com o futuro do planeta. Entre os anos de 1957 e 1958, dezenas de países se envolveram no que foi denominado de “Ano Geofísico Internacional” ou “Ano Geodésico Internacional”. Um de seus mais importantes efeitos foi o de contrariar toda a lógica colonialista dos séculos anteriores. As ambições territoriais sobre o último dos Continentes, a Antártica, acabaram por resultar no importante Tratado Internacional que, desde o dia primeiro de Dezembro de 1961, determinou a exploração científica e coletiva daquela vastidão gelada. Um fato inédito e auspicioso que iria produzir efeitos nos anos que se seguiram.

Na fase de maior expansão histórica do capitalismo, as três décadas douradas que se seguiram à Segunda Grande Guerra, uma nova preocupação surge, a dos riscos inerentes a um processo de crescimento econômico contínuo podia levar a Humanidade a uma situação insustentável. Preocupação apontada pelo Clube de Roma em 1972, mesmo ano em que a ONU - Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a primeira Conferência Mundial sobre o tema, ocorrida em Estocolmo, capital

da Suécia. Ali, foram realizados acalorados debates sobre temas vitais como o dos problemas ambientais decorrentes da poluição atmosférica, dos riscos do crescimento populacional sem controle e o dilema crescimento econômico *versus* desenvolvimento. Esses temas entraram, definitivamente, na pauta de discussões políticas, acadêmicas e empresariais.

Em decorrência, em 1974, alguns intelectuais como Ignacy SACHS e Enrique LEFF propõem a noção de *ecodesenvolvimento*: às questões econômicas e sociais viriam a ser agregadas as culturais, políticas e ambientais. Uma amplificação de abordagem, portanto.

A expressão sustentável só aparece em 1987 no informe das Nações Unidas *Nosso Futuro Comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecido como *Informe Brundtland*, em homenagem à sua Presidente, a política norueguesa Gro Harlem Brundtland. A síntese desse histórico documento é expressa nas seguintes palavras que se tornaram uma orientação mundial do conceito de sustentabilidade, qual seja:

“o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”

A realização da Eco-92 no Rio de Janeiro, o maior evento do gênero da História, chegou a reunir 164 Chefes de Estado. Se por um lado, favoreceu a ampliação da consciência ambiental propondo a Agenda-21 e o Tratado da Biodiversidade, revelou-se frustrante pela negativa de importantes países em assiná-los, sob a liderança –à época, extremamente negativa- dos Estados Unidos da América. Diversos acordos se seguiram, notadamente sobre Mudanças Climáticas, em Berlim e em Kyoto, culminando com a frustração em Copenhague, em 2.010. A mudança de orientação política dos Estados Unidos, sob a liderança de Barack Obama é que, enfim, permitiu a assinatura do maior Tratado Sobre o Clima da História, com a bem-sucedida reunião de Paris, em Dezembro

de 2.015, e assinado por 175 países em Nova York, no dia 22 de Abril deste ano de 2.016.

As ações governamentais em todos os níveis determinarão o que enfrentaremos no futuro. Se poderemos remediar e controlar as mudanças em curso vindo a garantir a vida das futuras gerações ou se mergulharemos em crises ambientais destruidoras. Temos que revelar, sobretudo no espaço político onde levamos a vida, em nosso Município, a responsabilidade de mudar o conteúdo da ação política, tornando-a um compromisso com a sobrevivência.

A grande questão é a de traduzir essa intencionalidade em ações práticas e efetivas. Elas devem, necessariamente, abordar temas diversos, tais como: saúde, educação, cultura, economia, lazer, habitação e outros tantos que interfiram na dignidade da vida humana. É, essencialmente, portanto, um tema *multidimensional*, por isso mesmo terá de ter a abordagem de um *sistema complexo*, por envolver ao máximo as diferentes dimensões da vida humana. Mas, acima de tudo, tendo a força orientadora dessa fundamentação ética.

2. As diversas dimensões da sustentabilidade

a)Ambiental:

O ambiente natural do Município foi completamente alterado por conta da intervenção humana. Os mantos vegetais originais que eram constituídos por manchas do cerrado e do cerradão, além dos da Mata Atlântica, foram eliminados, restando deles apenas alguns remanescentes de pequena monta. Na maior porção, predomina a monocultura canavieira e a malha urbana já atinge quase a metade do território.

Essa ocupação intensiva e extensiva eliminou, por certo, muitos milhares de nascentes, o que veio a alterar de maneira ponderável

o seu original equilíbrio hídrico. Desde há muitas décadas, o abastecimento da população se faz por meio da exploração de água subterrânea retirada do providencial Aquífero Guarani. Porém, estudos recentes revelam um rebaixamento do nível de suas águas, principalmente nas regiões centrais da cidade, o que exige que a gestão pública desse recurso tenha o maior zelo possível, o que exigirá um controle quase absoluto das perdas por vazamentos que se sabe serem altíssimos. É um dos quesitos mais importantes de sustentabilidade, se a preocupação de atender à população atual não pode e nem deve comprometer o abastecimento das gerações futuras. Isso exigirá uma modernização completa e uma melhoria radical nas formas de gestão do órgão responsável, o DAERP – Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto.

Alardeia-se que são tratados 100% dos esgotos sanitários. O próprio órgão responsável informa ser de 98% do que é coletado, mas não existe um levantamento sério sobre o volume não-coletado. Largas porções da Zona Leste e da Zona Sul não são atendidas, sobretudo nas áreas de mais de uma centena de condomínios residenciais.

O déficit de cobertura vegetal tem provocado um acentuado aumento das ondas de calor nas últimas décadas, o que irá exigir uma política de implantação de um maior número de parques e da formação de maciços nas áreas circundantes do núcleo urbano.

A intensa impermeabilização havida pela existência de enorme massa asfáltica e das construções não foi acompanhada de um sistema de drenagem urbana correspondente. Perto da metade da área habitada não conta com redes coletoras de águas pluviais, o que tem provocado a sua aceleração e aumento de volume, afetando diretamente os vales inferiores, suscetíveis que são a enchentes devastadoras.

Por fim, a situação mais dramática se revela na ausência de tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos. A imensa geração diária de: 1,3 T de entulhos da construção civil, 600 T de lixo doméstico, além de outros de menor monta, tais como os

industriais, os hospitalares e os volumosos derivados das roçadas e podas e objetos outros descartados, está a exigir uma Política Pública de Tratamento Global, até hoje inexistente.

b) Econômica:

Estamos em plena recessão econômica como há muitas décadas não vivíamos. Políticas populistas fizeram sangrar os cofres públicos, o que foi agravado por gastos irresponsáveis que têm mantido uma profusão de apaniguados do Estado. O saneamento das contas públicas custará um tempo e um sacrifício que poderiam ter sido evitados.

No plano Municipal as coisas se assemelham. Os gastos com o funcionalismo chegam à beira dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívidas pesadas comprometem o pagamento de fornecedores. Muitos deles se negam a continuar a fornecer, receosos de virem a receber com atrasos comprometedores. Manobras de transferências de recursos, tais como o que houve com o IPM – Instituto de Previdenciários do Município, da troca de terrenos públicos por recursos financeiros do DAERP – Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto. Fatos que, somados aos endividamentos de longo prazo, revelam a insustentabilidade da presente situação. Compromete-se o futuro com gastos irresponsáveis.

O saneamento financeiro do Município torna-se, então, prioridade máxima, sob pena de inviabilizar-se qualquer política pública em qualquer setor. A gestão dos gastos públicos, obrigatoriamente, deve seguir uma linha de critérios parcimoniosa. Somada à adoção de práticas de redução de gastos, de economia de recursos, como os de energia elétrica e de outros insumos, criar-se-á uma cultura de sustentabilidade econômica com a qual será possível um novo ciclo de prosperidade.

c) Social:

Incompreensivelmente, as Secretarias Municipais da área social (Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Meio Ambiente e dos Esportes) atuam separadamente, às vezes acumulando

atividades da mesma natureza, por não existir uma Coordenação gestora de políticas públicas. Muitos recursos, quando não desperdiçados são feitos em duplicidade, o que aumenta os custos e minimiza os resultados.

Todos os Programas afins, sejam eles mantidos por recursos federais ou estaduais, devem ser aglutinados de modo a obter deles a máxima aplicação, fazendo com que as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens e a serviços de boa qualidade, necessários para uma vida digna. A possibilidade de acessos substanciais a direitos básicos por parte de parcelas consideráveis da população tem por meta reduzir a distância entre os níveis de vida dos abastados e dos não ou menos abastados. Os efeitos positivos resultarão na diminuição do índice de Gini (o indicador da desigualdade social).

A efetividade das políticas públicas da área social deverá ser avaliada de modo permanente, pois medirá a qualidade e o nível de satisfação da população aos diferentes serviços prestados.

d) Espacial ou Territorial

Toda e qualquer revisão do Plano Diretor provoca imediata reação. De uns, porque querem manter o seu controle sobre o espaço urbano, de outros, porque vêem seus direitos lesados em benefício de minorias empresariais. Isso só pode ser resolvido através de uma ação transparente do Poder Público, de modo a minimizar conflitos, tendo por fundamento o superior interesse coletivo, como requer e recomenda uma ética republicana.

A sustentabilidade espacial ou de gestão do território não pode transigir com interesses especulativos. Existem inúmeros casos de empreendimentos aprovados que não levaram em conta, diversas condicionantes, como os estudos de “impacto de vizinhança”, previstos no Estatuto da Cidade, de outros que são imensos geradores de trânsito sem a compensação viária devida e, ainda aqueles que não seguiram claros limites ambientais de ocupação, como é o caso, sobretudo arriscado, de toda a Zona Leste, área de recarga do Aquífero Guarani.

A sustentabilidade espacial ou territorial se fundamenta no direito de todos a uma cidade equilibrada que não privilegie alguns poucos em detrimento do conforto da maioria dos cidadãos.

e) Cultural:

Dimensão muito próxima da Social deve ter como objetivos centrais as de promover, preservar e divulgar a História local, as suas tradições, garantindo oportunidades de acesso às informações e ao conhecimento a todas as pessoas, além da de investir na reforma, restauração e na construção de equipamentos culturais.

A cidade que já foi denominada de “Capital da Cultura”, nos tempos atuais está muito distante disso, pois temos assistido não à necessária popularização, mas a uma vulgarização em eventos desprovidos de organicidade com as manifestações legítimas dos diferentes atores culturais, sufocados pela mercantilização vigente.

A Secretaria específica deverá elaborar pautas, calendários, eventos e atividades que tenham uma vinculação obrigatória com as demais Secretarias sociais, notadamente as de Educação, da Assistência Social e a dos Esportes.

Na presente situação, a avaliação que se tem é caótica: Museus abandonados; Arquivo Público à beira de um colapso. Exceção feita aos espaços nobres do Quarteirão Paulista, na Praça XV de Novembro, onde se destacam os espaços do MARP – Museu de Arte de Ribeirão Preto, do Theatro Pedro II e o Centro Cultural Palace- nota-se a baixa utilização do Teatro de Arena e a ausência completa de atividades voltadas às populações das periferias.

Intervenções múltiplas deverão ser promovidas de maneira que a cidade volte a viver uma atividade cultural intensa, como, potencialmente, nunca deixou de possuir valores de elevada competência e respeitabilidade que precisam voltar a receber as atenções do Poder Público.

f) Política:

O envolvimento da população nas Políticas Públicas é essencial. Numa visão diametralmente oposta ao populismo de envolvê-la somente em situações que favorecem a exposição dos governantes, uma nova atitude será a de sensibilizá-la, motivá-la a participar, favorecendo o acesso a informações que gerem a compreensão dos problemas e das oportunidades, engajando-a nas soluções. Como será possível atingir níveis civilizados de limpeza pública, por exemplo, sem que, afora o exemplo de atuação do Poder Público que neste aspecto é o grande ausente, as pessoas comuns do povo dela não venham, ativamente, a participar?

Não haverá sustentabilidade política, se não for buscada a necessária parceria e a colaboração efetiva entre os setores público, privado e o comunitário. A construção de consensos e de solidariedades entre os cidadãos transcende os interesses particulares e só poderão ser produzidos em um processo dialógico e interativo de argumentos e de posições. O poder municipal deverá agir de forma ativa e facilitadora na busca de novos modelos de desenvolvimento econômico e social pautados pelo núcleo fundamental da sustentabilidade.

g) Psicológica:

Vivemos uma situação tristemente reveladora de um “mal-estar” generalizado. As seguidas frustrações têm afastado o cidadão comum das preocupações de tornar a cidade mais habitável e confiante nas suas possibilidades. Por isso, o futuro se apresenta, quase sempre, como uma ameaça adiada. Isso tem de mudar.

Indo em busca de um ambiente saudável e pacífico estaremos recriando a nossa “polis”, o nosso lugar de encontro e não de conflitos. A realização do bem-estar individual irá nos levar a um efeito coletivo de uma nova forma de desenvolvimento, o que se sustenta por idéias claras, objetivas e auto-geradoras de

dignidade. Enfim, que se sustentam pela sua própria força, desde que seja coletivamente construída. Quer dizer, auto-sustentada.

Nenhuma dessas dimensões deve prevalecer sobre as demais. A articulação equilibrada entre todas elas é que produzirá novos e melhores resultados. Uma nova maneira de abordar uma realidade complexa. Ela produzirá uma sociedade mais equilibrada, mais justa e mais humana. A sociedade que todos esperamos e iremos construir juntos.

Ricardo Silva

Pré-Candidato a Prefeito Municipal

Guilherme Feitosa

Pré-Candidato a Vice-Prefeito

Gilberto Andrade de Abreu

Consultor de Políticas Públicas

Jean-Vicente da Silva

Jornalista - Colaborador

Planos de Ações Governamentais

I - eixo funcional sustentável

Governança

Gestão Local para a Sustentabilidade

II - eixo de sustentabilidade social

Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz

Ação Local para a Saúde

Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Cultura e Esporte para a Sustentabilidade

III - eixo operacional estruturante

Bens Naturais Comuns

Planejamento e Desenho Urbano: Urbano e Regional Metropolitano

Melhor Mobilidade, Menos Tráfego

IV – eixo comunitário participativo

Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável

Consumo Responsável e opções de Estilo de Vida

Do Local para o Global

Compromisso Público

O Projeto de Cidade, aqui apresentado, inspira-se na constatação da grave crise que enfrentamos e alicerça-se na busca de caminhos que nos assegurem um futuro mais justo, viável e humano.

Ribeirão Preto é uma cidade vigorosa, pujante, progressista. Mas, de uns tempos a esta parte sofre um processo de degradação física que se reflete na piora da qualidade de vida de sua população.

Falta um rumo. Um objetivo. Responder ao desafio proposto na questão: o que queremos ser?

A partir de diagnósticos realistas temos a obrigação de lançar projeções otimistas, engajando vários segmentos em expectativas favoráveis dadas pelo planejamento de ações que nos permitam construir o futuro. Convocamos a todos que de bom grado queiram, por exemplo:

1. uma cidade reconhecida nacionalmente pela melhor política de Saúde
2. esteja entre os mais altos IDHs do Brasil (e da América Latina)
3. que se torne uma referência latino-americana em mobilidade urbana sustentável
4. no tratamento dos resíduos sólidos urbanos
5. na geração de energia limpa
6. um pólo brasileiro de bem-estar e qualidade de vida
7. um destino reconhecido de turismo de negócios sustentável, multiplicando o número de Feiras e Exposições
8. um pólo de desenvolvimento tecnológico e economia criativa
9. um centro produtor e divulgador de cultura

10. enfim, que busque atingir todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável –ODS- da Agenda-2030 da ONU – Organização das Nações Unidas

Este Projeto de Cidade quer apresentar um *novo modelo de gestão pública* que venha a elaborar planos estratégicos eficientes e equipes preparadas para desenvolvê-lo.

Em face da catastrófica situação financeira da Municipalidade provocada por gestões temerárias, o bom senso nos indica que a primeira atitude a ser tomada será a de levantar todos os compromissos e buscar uma nova condição que permita maior margem de investimentos. Além disso, será imprescindível a busca de parcerias público-privadas, literalmente auditadas por técnicos e especialistas, seguindo normas internacionais de transparência e acompanhamento social.

A própria legislação nacional o exige, o que nem sempre é cumprido ou é artificialmente atendida, a elaboração de um Plano Diretor que atenda aos princípios contidos no Estatuto da Cidade que devem orientar a política de desenvolvimento e do ordenamento da expansão urbana, das funções sociais da cidade e da propriedade. E a própria Constituição Federal determina, também, a do PPA – Plano Plurianual a ser construído no primeiro ano da gestão do Prefeito eleito, abrangendo o período de quatro anos da gestão municipal, com vigência a partir do segundo ano da administração, até o primeiro ano da gestão posterior.

Esses dois instrumentos deverão orientar as Ações de Governo, a partir das sugestões colhidas de mais de uma centena de pessoas, entre técnicos, especialistas, empresários, professores, médicos, enfim, por cidadãos dotados de um superior espírito público e possuídos pelo desejo de transformar a realidade cruel em que

estamos a viver e construir, tijolo com tijolo, um Projeto de Cidade, a
Ribeirão Preto do futuro.

I - Eixo Funcional Sustentável

Governança

Gestão Local para a Sustentabilidade

Núcleo decisório:

.Gabinete do Prefeito

.Secretarias imediatas e assessorias

Governança

A Administração Pública no Brasil vive uma crise sem precedentes, em todos os níveis: corrupção generalizada, ausência de critérios transparentes em licitações e nas compras de materiais, desperdícios, sobreposição de interesses privados aos públicos, enfim, um leque de práticas antirrepublicanas.

O que deveria ser corrente e normal nos obriga a uma radical mudança de proposição: a busca de uma transparência total, com a implantação de mecanismos de controle; de protocolos de ação; de plena lisura no trato do bem público, tornam-se imperiosos. Há que se implantar uma nova Governança Pública.

O avanço tecnológico, notadamente na área informacional, permite isso, agora, mais do que em qualquer outro momento do passado histórico. É inconcebível que materiais de péssima qualidade sejam adquiridos por conta de uma interpretação equivocada da legislação. O menor preço quase nunca se traduz no melhor preço. Redações ambíguas são importantes na Literatura, nunca em textos oficiais. Nos seus desvãos é que a sanha corruptora grassa como roedores de recursos. A falta de uma política pública orientadora resulta em ineficiência e na inefetividade.

Nesse sentido, a publicização das ações governamentais torna-se obrigatória. Todo e qualquer cidadão deverá ter a condição de acessá-las, em seu superior direito de acompanhá-las.

Toda a Administração Municipal deverá articular-se em redes de compartilhamento de informações. Notadamente, as seis Secretarias sociais: Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte e de Meio Ambiente. Todas deverão convergir para ações comuns ou paralelas, de modo a resultar em melhoras mensuráveis nos indicadores do desenvolvimento humano.

As normas estabelecidas pela ISO-19.600/2014 – *Compliance management systems – Guidelines* – permite a criação, desenvolvimento, implementação, manutenção e melhoria do sistema de *Gestão da Conformidade*. A palavra *compliance* provém do inglês, pelo verbo *to comply*, significando “*agir de acordo com uma regra, uma instrução interna, um comando ou um pedido*”. A

implementação desse programa, baseado em valores republicanos de ética e de conformidade, adequado a uma Instituição Pública como a Prefeitura Municipal, permitirá a manutenção da integridade dos processos, a fim de evitar potenciais problemas de corrupção, fraude e de má conduta, conforme padrões internacionalmente reconhecidos. Todos os órgãos deverão adaptar-se a ela pelos protocolos que serão desenvolvidos nos primeiros noventa dias, sob a coordenação da Secretaria de Governo, através de uma Controladoria Geral.

Gestão Local para a Sustentabilidade

Na elaboração desse Projeto de Cidade, com os seus respectivos Planos de Ações Governamentais, foram ouvidas mais de uma centena de pessoas, originárias de nossas Universidades, organismos empresariais, associações, profissionais liberais, técnicos, especialistas, educadores, assistentes sociais, gente comum do povo, todos imbuídos do mais elevado espírito público. Todos com o assentimento de que a cidade de Ribeirão Preto precisa encontrar novos rumos de prosperidade, qualidade de vida e de respeito à coisa pública.

Essa prática será seguida em todo o mandato. Sem o envolvimento da população nenhuma política pública atingirá os seus objetivos. Daí que todas as instituições locais serão convocadas a uma efetiva participação, através de audiências, assembléias e outros eventos públicos, abertos a quem queira deles participar.

Secretarias de Governo e da Casa Civil

Aglutiná-las; contingenciando cargos e funções dispensáveis, suprimindo gastos, por terem objetivos afins.

Centralizar as ações que objetivem o desenvolvimento econômico em articulação com a área de inteligência econômica de planejamento, a partir da reestruturação administrativa da CODERP – Companhia de Desenvolvimento de Ribeirão Preto e a Secretaria de Planejamento.

Determinar a todas as Secretarias e órgãos municipais a adoção das Normas da ISO – 19.600 – que tratam da transparência da Administração Pública, adaptando-as às respectivas peculiaridades funcionais, nos primeiros sessenta dias de Governo, orientadas por uma Controladoria Geral.

Coordenar as propostas do Plano de Ações Governamentais, supervisionando as demais Secretarias.

Secretaria da Administração

Deverá seguir critérios absolutos de zelo e comprometimento nas cotações de preços e compras, mediante carta-convite e/ou pregão eletrônico.

A aquisição de alimentos para a Merenda Escolar deverá, preferencialmente, ser feita de maneira direta com os fornecedores iniciais, produtores básicos ou industriais, evitando a dos distribuidores intermediários.

Iniciar processos licitatórios de qualquer obra pública mediante Projeto Executivo (*) elaborado pelo corpo técnico correspondente da Municipalidade ou por ela contratado em casos mais complexos. A medida visa o adequado cumprimento de prazos e a eliminação de aditivos contratuais, salvo casos excepcionais advindos de fatores imprevistos e mediante provas cabais de sua necessidade.

(*) EXEMPLO ILUSTRATIVO: dezenas de obras, a maioria das Federais e de muitas Municipais, sofreram aditivos injustificados e injustificáveis. A ampliação do Cenpes (Centro de pesquisas da PETROBRÁS, inaugurado em 2.010, pelo então Presidente da República) teve 17 –dezessete- aditivos (!), a maior parte para revisão do valor inicial. As obras do Calçadão, no centro de Ribeirão Preto, seguiram o mesmo procedimento. Para só citar uma delas.

Elaborar Protocolos de Gestão para todas as Secretarias, Empresas Públicas, Autarquias e Fundações, a partir das normas da ISO – 19.600, seguindo, rigorosamente, os seus pressupostos de *compliance* e *accountability* – ou seja, adotando padrões de conformidade e controle totais, literalmente transparentes, numa inédita atitude de gestão pública em relação às práticas indesejáveis da Administração Pública brasileira, em articulação com a Secretaria de Governo e a Controladoria Geral.

Manter atualizadas todas as informações funcionais dos Servidores do Município.

Planejamento

A Secretaria de Planejamento necessita de uma ampliação dos horizontes de sua atuação:

- a) deve ser o núcleo pensante do ordenamento espácio-territorial da cidade, com a devida re-organização do Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do solo de “forma a nortear o planejamento da atividade empresarial a longo prazo”;
- b) em articulação com a Secretaria de Meio Ambiente, ambas devem elaborar uma listagem de itens que envolvam a sustentabilidade ambiental que, objetivamente, a partir de priorização hierarquizada de racionalidade do uso e reuso da água, economia de energia e de proteção do território determine a ordem de aprovação de projetos construtivos, a fim de que se evitem privilegiamentos condenáveis, induzindo a práticas socialmente positivas, mediante legislação específica;
- c) realizar, pela Fiscalização, o efetivo cumprimento dos diversos itens apresentados nos projetos quando das suas aprovações finais;

d) criar uma área de inteligência econômica de planejamento, através de uma reestruturação administrativa entre a CODERP –Companhia de Desenvolvimento e a Secretaria de Planejamento.

Justificativa (*)

“a Prefeitura não dispõe de área administrativa capaz de gerir o desenvolvimento econômico no Município, sendo o assunto tratado por diversos setores, trabalhando por meio de iniciativas isoladas, sem coordenação central.”

Historicamente, a CODERP sofreu diversos desvios funcionais, o que a afastou de seu objetivo central que a denomina: o desenvolvimento econômico. A sua articulação com a SEPLAN visa centralizar o foco nessa meta, por meio de diversas medidas que incentivem a geração de emprego e renda. O trabalho a ser realizado deve constar um conjunto de providências, tais como:

. a criação de um Banco de Dados que disponibilize em um Portal específico que venha a facilitar o ambiente de negócios no “Mapa do Empreendedor”, ferramenta que disponibilize as localizações das atividades econômicas por região da cidade, o que irá facilitar e orientar os investimentos produtivos.

(*) conf. Contribuição do trabalho *“Um Horizonte de Oportunidades para Ribeirão Preto”* – CADES – ACIRP –INEPAD-, 2012.

Secretaria dos Negócios Jurídicos

Promover a avaliação de todos os Contratos vigentes com a Administração Municipal, apresentando dados informativos da pertinência de suas continuidades ou de suas supressões, mediante embasamento jurídico para a necessária decisão político-administrativa.

Criar um Grupo Permanente de consolidação da legislação municipal promovendo o expurgo de Leis obsoletas ou tornadas anacrônicas, a fim de se obter maior segurança jurídica e maior racionalidade na relação Governo – Sociedade Civil.

Levantar todas as pendências jurídicas, mormente aquelas que coloquem em risco a estabilidade institucional, em seus aspectos funcionais e financeiros, seja na relação com o funcionalismo em geral, pessoas, ou com instituições ou empresas privadas.

Zelar pelo fiel cumprimento de prazos e decisões judiciais, incorrendo em falta grave o servidor que os descumprir.

Secretaria da Fazenda

Estabelecer controles contábeis em separado para os setores de aplicação de recursos orçamentários vinculados pela Constituição Federal, nas áreas de Educação e da Saúde.

Cumprir, rigorosamente, os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2.000) e da Lei Complementar (131/2.009), Lei da Transparência de divulgação de gastos na WEB em tempo real.

Facilitar, reduzindo ao máximo os tempos e os prazos de abertura e fechamento de Empresas, tendo como parâmetro as melhores performances internacionais.

Elaborar com a Secretaria de Planejamento e a CODERP – Companhia de Desenvolvimento de Ribeirão Preto –remodelada- ações de incentivo aos investimentos e favorecimentos fiscais às micro e pequenas Empresas, além de co-participar nos estudos e estímulos à criação de um Parque Tecnológico em TI – Tecnologia de Informação, além de outros arranjos produtivos que forem tidos como estratégicos ao desenvolvimento econômico e social.

Tornar a Fiscalização Fazendária um instrumento de orientação fiscal/tributária, a fim de evitar atrasos administrativos e ensejando conciliações possíveis, não litigiosas

I.P.M – Instituto de Previdência dos Municipiários

(Lei Complementar 1.012/2.000)

Criar o Núcleo de Estudos Atuariais Permanente, a fim de promover cálculos e propostas que garantam a sua sustentabilidade para os próximos 30 anos.

Indicar políticas econômico-financeiras que vierem a ser necessárias nas presentes condições e que antecipem necessidades de ajuste em vista do envelhecimento da população atendida (ampliação da expectativa de vida) e a sua correspondência com os ativos que devem cobrir gastos futuros ampliados.

SASSOM – Serviço de Assistência à Saúde dos Municipiários

(Lei 1.104/1061)

Revisar todos os Contratos terceirizados de maneira a ampliar o grau de atendimento na medida das possibilidades orçamentárias do órgão.

Estabelecer formas de reconhecimento objetivo de parceiros de servidores que possuam uniões estáveis, bem como de filhos de outros pais que estejam, comprovadamente, sob a responsabilidade do servidor.

Criar formas de auxílio e atendimento às famílias de servidores com problemas de uso de drogas e álcool.

Coordenadoria de Comunicação Social – Imprensa

Prover a população e os órgãos de comunicação de informes das atividades gerais com transparência máxima, utilizando todos os recursos tecnológicos disponíveis, pautando-se pelo superior interesse público com total impessoalidade e absoluta postura ética.

Serviço de Atendimento ao Munícipe – S.A.M

Repassar informações e demandas imediatas *on-line* com a Secretaria de Governo e o setor envolvido na solicitação. Resposta imediata de atendimento às demandas ou a sua previsão.

Estabelecer controle semanal das demandas com Relatórios semanais enviados à Secretaria de Governo.

II - eixo de sustentabilidade social

Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz

Ação Local para a Saúde

Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida

Cultura e Esporte para a Sustentabilidade

Gestão Integrada das Secretarias:

1. de Saúde
2. de Educação
3. de Assistência Social
4. de Cultura e
5. de Esporte

Análise da Situação Atual:

O conjunto dessas Secretarias -principais vetores do Desenvolvimento Humano- encontra-se, literalmente desarticulado. Não dialogam entre si. Não interagem. Por falta de uma Política Pública que as unifique e que as faça agir em complementaridade, em sinergia dinâmica.

Tomando um exemplo claro: as Secretarias da Saúde, Educação e da Assistência Social possuem Agentes Comunitários. Às vezes, duas delas ou até mesmo as três, chegam a atender crianças, jovens e adultos de uma mesma família. E não consta que haja uma interlocução sobre as demandas atendidas. Atuam de forma desarticulada como se fossem ilhas de um arquipélago, pois lhes falta um liame de troca de informações que viria a permitir maior organicidade das ações empreendidas. Faz-se absolutamente necessário que venham a atuar “em rede”, numa plataforma compartilhada em que cada uma tenha pleno conhecimento da atividade da outra. Por conseqüência óbvia, a aplicação dos recursos públicos encontrará maior efetividade, vindo a produzir os resultados esperados na melhoria da qualidade de vida dos Municípios.

As demais Secretarias sociais, as da Cultura, do Meio Ambiente e do Esporte deverão se entrelaçar às citadas anteriormente, de modo a criarem um acervo de programas comuns, o que virá enriquecer a todas as atividades, respeitadas as especificidades de cada uma.

Os seus respectivos gestores deverão agir, portanto, em ampla e perfeita sintonia, devendo mesmo se reunir, mensalmente, objetivando chegar a uma cultura de planejamento integrado.

Somados os equipamentos das seis Secretarias sociais, o seu número chega a várias centenas, se forem somadas as Unidades de Saúde, as Escolas, Postos de Atendimento, os espaços culturais e os de esporte e lazer. Vultosos investimentos foram feitos na História local que foram realizados nas seguidas Administrações de inúmeros Prefeitos. É inconcebível, mas plenamente verificável, a subutilização de espaços e de recursos humanos.

Portanto, a questão não passa pela deficiência de equipamentos públicos, mas de como transformá-los numa rede integrada de intervenções. Ao que a eles se acrescenta outros espaços públicos, praças, parques e jardins, capazes de receber atividades múltiplas que envolvam a população nos mais variados aspectos.

O planejamento integrado na área social deverá partir de um mapeamento de cada uma dessas unidades, distribuídas nas diversas regiões da malha urbana. Imediatamente se descobrirá os sítios de maior e de menor adensamento dos diferentes equipamentos públicos, permitindo, inclusive, a detecção de áreas onde novas e possíveis intervenções devam ser feitas, buscando a máxima equalização de oferta de atendimento aos Munícipes.

Há, ainda, uma multiplicidade de unidades administrativas, senão em todas, em várias das Secretarias, fato que merecerá uma análise racional a respeito da duplicação senão a multiplicação de atividades meio em detrimento das atividades fim, o que gera dispêndios que podem ser evitados. Esse trabalho deverá ser realizado nos seis primeiros meses de Governo, sob a coordenação do Gabinete do Prefeito e da Secretaria de Administração.

Na sequência, seguem os respectivos diagnósticos e o elenco de propostas para cada Secretaria, além das atividades que serão comuns dadas pela concepção de planejamento integrado proposta.

Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz

SIGLAS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSi	Centro de Atendimento Psicossocial Infantil
CJ.	Conjunto
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSE	Centro de Saúde Escola
CSU	Centro Social Urbano
Fund. CASA	Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo
FUNDET	Fundação Educação para o Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado
ONG	Organização Não Governamental
PAM	Posto de Atendimento Médico
SAM	Serviço de Atendimento dos Menores
SAMU	Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SME	Secretaria Municipal da Educação
SMEsp	Secretaria Municipal de Esportes
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
UBDS	Unidade Básica Distrital de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde Familiar

PERFIL DEMOGRÁFICO

Segundo dados do IBGE de 2011, Ribeirão Preto apresenta uma área territorial de 637 Km², uma população de 604.682 habitantes, e densidade demográfica de 186,86 (hab./ Km²). O grau de urbanização de 99,72% (SEADE), com número de domicílios com saneamento adequado de 95,61% (SEADE), e de famílias de 69.716 (SEADE), sendo 1% destas com rendimento per capita mensal de R\$70,00 e 18,51% com rendimento per capita mensal de R\$ 255,00.

Segundo o MDS o número de famílias cadastradas no CadÚnico, em 2010 eram 3,11% e em 2012 elevou para 5,71%. As principais atividades econômicas do município são o comércio e serviços. Ribeirão Preto ficou conhecido em grande parte do país sob a alcunha de “Califórnia Brasileira”, devido ao elevado PIB municipal e da predominância das atividades do agronegócio, notadamente da indústria sucroalcooleira.

O município é o grande responsável pelo movimento migratório nas décadas finais do século XX, onde atraía pessoas de todos os estados do nordeste em busca de trabalho no corte da cana-de-açúcar. Atividade que substituiu o ciclo do café encerrado com a crise de 1.929, quando atraiu grande número de imigrantes, notadamente italianos. Devido à mecanização da colheita nos últimos anos, o setor

gradativamente tem cedido espaço aos trabalhadores da Construção Civil, que está em rápido crescimento. O desenvolvimento do Município é acelerado, pois se constitui num pólo de atração das atividades comerciais e de prestação de serviços. Possui uma economia diversificada que atende também diversos municípios da região.

Ribeirão Preto também se caracteriza como centro regional de atração populacional devido às inúmeras Universidades que possui. Numa ampla rede de ensino de cursos nas mais diversas áreas, conta, ainda com uma rede de atenção à saúde robusta e uma rede hospitalar especializada. Quanto ao transporte, a região possui uma densa malha viária e um Aeroporto em fase de internacionalização.

Outro fator de mobilidade demográfica é a existência de um complexo de Penitenciárias e Unidades da Fundação CASA. Em decorrência disso, famílias que têm membros privados de liberdade se mudam para facilitar a proximidade, as visitas e acabam se instalando no Município.

Atualmente, existem 32 núcleos de favelas com alta taxa de vulnerabilidade e risco pessoal e social em bairros periféricos. Vários empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida foram concluídos e outros estão em execução, visando o atendimento deste público específico. Este perfil populacional aumenta o contingente de

pessoas em situação de rua e desempregados que se tornam usuários da Política de Assistência Social do Município. Os bolsões de pobreza e toda a complexidade da realidade social requerem do Órgão Gestor Municipal um grande envolvimento com as Políticas Públicas.

CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ENSINO

Três sistemas educacionais de ensino formal atuam na educação básica no município de Ribeirão Preto:

SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação;

SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO, sob a coordenação da Diretoria Regional de Ensino, da Secretaria de Estado da Educação;

REDE PRIVADA DE ENSINO, sob a fiscalização específica do segmento da Educação Infantil pelo Setor de Supervisão da Secretaria Municipal da Educação e, os demais segmentos do Ensino Fundamental e Médio, pelo Setor de Supervisão da Diretoria Regional de Ensino.

A Educação Básica é constituída pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, além da Educação de Jovens Adultos, Educação Profissional e Educação Especial.

Demonstrativo de Atendimentos 2013			
Educação Infantil	Creche (0 a 3 anos)	10.871	21.314
	Pré-Escola (4-5 anos)	10.443	
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	12.873	20.644
	Anos Finais	7.771	
Ensino Médio	Regular	132	132
EJA – Educação de Jovens e Adultos	EJA I (1ª a 4ª série)	622	2.493
	EJA II (5ª a 8ª série)	1.061	
	EJA Ensino Médio	360	
	EJA - (Brasil Alfabetizado e ProJovem)	450	
Profissionalizante		500	500
Idiomas – Interact		1.707	1.707
Educação Especial		735	735
Total			47.525
Vagas Abertas (novas escolas)			2.730
Total Geral			50.255

Fonte: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/seducacao/i15atend05.php>

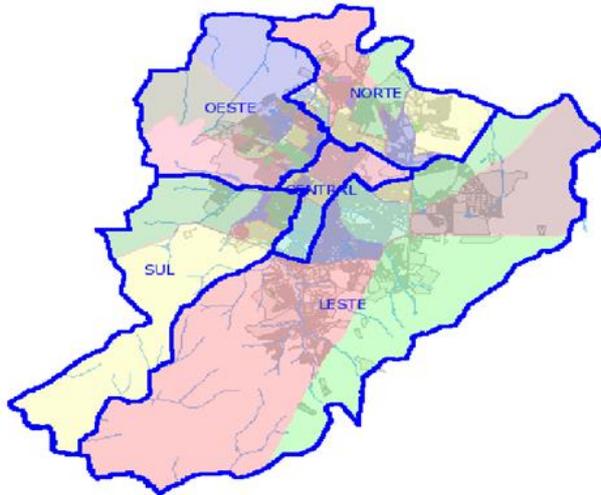
CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE SAÚDE

Em acordo com a Lei 8080/90, o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas Federais, Estaduais e Municipais, da Administração direta e indireta e das Fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde – SUS, sendo que a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde - SUS, em caráter complementar; a assistência à saúde no Município está organizada para prestar um

atendimento dentro dos princípios da atenção integral e humanizada, traduzindo-se nas estratégias de ações continuadas, multidisciplinares e integradas dirigidas a toda a população.

A rede da Secretaria Municipal de Saúde, em suas atividades contempla uma série de programas que atuam com foco nas crianças e adolescentes, como o Programa de Saúde da Criança e do Adolescente, o Programa de Aleitamento Materno (PALMA), o Programa de Alimentação e Nutrição, Programa de Imunização, Programa de Saúde Mental, Programa de DST/AIDS, Tuberculose e Hepatites Virais, SAMU, entre outros, sendo desenvolvidas várias atividades em parceria com outras secretarias, como o Programa Saúde na Escola, e o SAMUZINHO.

Em atividades fim (a assistência propriamente dita) a rede é composta por diferentes tipos de unidade, com diferentes atribuições, sendo que o Município está organizado em 05 Distritos de Saúde, compostos por uma unidade funcionando 24 horas por dia durante 07 dias por semana para pronto atendimento e unidades básicas e especializadas, em cada Distrito, em consonância com a Vigilância em Saúde, conforme figura abaixo:



Na atenção especializada também são ofertados serviços descentralizados por meio dos centros de referência em especialidades (HIV/AIDS e Hepatites Virais); Centros de Especialidades Odontológicas; Centros de Atenção Psicossocial; Unidade de Acolhimento (infanto-juvenil); Ambulatórios de Saúde Mental, Centro de referência em Saúde do Trabalhador, SAMU Regional, Hospitais terciários conveniados com atendimentos em média e alta complexidade e Exames de Análise e Patologia Clínica por meio de laboratório próprio e de conveniados.

Na área da infância e juventude, destacamos que a grande demanda do atendimento socioeducativo é relacionada ao atendimento em saúde mental (atenção psicossocial), associadas ou não ao uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, sendo oferecido atendimento ambulatorial, dia ou acolhimento institucional. Trata-se esta demanda como um dos maiores desafios da gestão em saúde e que

deve ser sempre trabalhada de forma articulada com as demais Políticas Públicas.

A Política de Saúde, em atenção psicossocial está distribuída da seguinte forma:

- 03 (três) Unidades Especializadas que oferecem atendimentos de psiquiatria e psicologia, referenciados pelas unidades de saúde: UBDS Castelo Branco, CSE Sumarezinho e PAM II (psiquiatria infantil).
- 02 (dois) Ambulatórios: Ambulatório Regional de Saúde Mental “Dr Guido Hetem” (serviço estadual municipalizado que oferece atendimento em Psiquiatria e Psicologia Clínica para pessoas a partir de 18 anos, sendo referência para os residentes dos Distritos Sul e Norte, mantendo ainda o atendimento para o Município de Dumont) e Ambulatório de Saúde Mental “Dr. Nelson Okano” (atendimento ambulatorial em Psiquiatria para pessoas a partir de 18 anos, residentes no Distrito Central).
- 04 (quatro) Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): CAPS II “Prof. Dr. Cláudio Roberto C. Rodrigues” (semi-internação); CAPS III “Dr. André Santiago”, CAPS ad - Álcool e Drogas e CAPS infantil "Luiz Carlos de Souza".
- 7 (sete) Residências Terapêuticas: tipo I, sob gestão municipal. No Município existem mais 11 residências tipo I que estão sob Gestão do Estado, totalizando 18 residências no Município.

- 1 (um) serviço credenciado para tratamento de dependência química – Comunidade Terapêutica - para atendimento de adultos com oferta de 20 vagas.
- 01 (uma) Unidade de Acolhimento: destinada ao atendimento de crianças e adolescentes com até 17 anos.

De forma complementar ao SUS, no Município existe uma rede suplementar de atenção em saúde com números expressivos de serviços (clínicas, consultórios, laboratórios, hospitais, etc.). Dados de dezembro de 2012 apontavam que 45% da população residente possuía plano de saúde com assistência médica. Entretanto, apesar do número de beneficiários da rede suplementar, muitos destes também utilizam o SUS, com destaque para os serviços de imunização, assistência farmacêutica, assistência domiciliar, internações de alta complexidade como oncologia, terapia renal substitutiva, além dos processos judiciais para aquisição de órteses, próteses, meios de locomoção, medicamentos (não padronizados pela RENAME) e fraldas, além das solicitações para internação em clínicas/comunidades terapêuticas de forma compulsória.

Para finalizar, e apesar de ofertar uma rede de saúde robusta, o Município ainda apresenta demanda reprimida para as áreas de Psicologia e Psiquiatria Infantil, bem como propostas arraigadas para

ressocialização de crianças e adolescentes que passam por equipamentos de Atenção Residencial de Caráter Transitório.

ESTRUTURA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

Unidades	n.º
Unidade Básica de Saúde (UBS)	26
* Unidade de Saúde da Família (USF)	15
** Unidade Básica e Especializada	03
Unidade de Pronto Atendimento (UPA)	01
¹ Unidade Básica, Distrital, Especializada e PA	02
² Unidade Distrital, Especializada e PA	02
³ Unidade Especializada	11
Total de Unidades	60
Equipes	n.º
Equipes Saúde da Família	34
Equipes de Saúde Bucal	12

Unidade Básica de Saúde (26)

Distrito Central

01	UBS Nelson Barrionovo / Campos Elíseos
02	CSE Prof. Dra. Ma. Herbênia O. Duarte / Vila Tibério
03	UBS Wilma Dephina de Oliveira Garotti / Vila Tibério
04	UBS Prof. Dr. Jacob Renato Weiski / Jd. João Rossi

Distrito Norte

05	UBS Zeferino Vaz / Quintino I
06	UBS Mario Ribeiro de Araújo / Valentina Figueiredo

07	UBS Albert Sabin / Marincek
08	UBS Oswaldo Cruz / Vila Mariana
09	CSE Dr. Rômulo Ribeiro da Costa / Jardim Aeroporto
10	UBS Herbert de Souza – Betinho / Ribeirão Verde

Distrito Sul

11	UBS Dr. Luiz P. T. Cabral / Adão do Carmo Leonel
12	UBS Waldemar Barnsley Pessoa / Parque Ribeirão Preto
13	UBS Dr. José Carlos Say / Jardim Maria das Graças

Distrito Oeste

14	UBS Dr. Álvaro de Oliveira Paiva / Jardim Paiva
15	UBS Dr. Sergio Botelho da Costa Moraes / Presidente Dutra
16	UBS Adalberto Teixeira Andrade / Presidente Dutra
17	UBS Rubens Lisandro Nicoletti Filho / José Sampaio
18	UBS Prof. Dr. Aymar Baptista Prado / Dom Mielle
19	UBS Dr. João Paulo Bin / Ipiranga
20	CSE Dr. Edgard Ache / Ipiranga
21	CMSC (Centro Médico Social Comunitário) Vila Lobato

Distrito Leste

22	UBS Carlos Chagas / Vila Abranches
23	UBS Dr. Rubens Issa Halak / Jardim Juliana
24	UBS José Ribeiro Ferreira / São José
25	UBS Hélio Lourenço de Oliveira / Santa Cruz
26	UBS Mamoro Kobayashi / Bonfim Paulista

*Unidade de Saúde da Família (15)

01	USF Heitor Rigon / Dr. Luiz Gonzaga Olivério
02	USF Avelino Alves Palma / Dr. José Augusto Laus Filho
03	USF Estação do Alto / Prof. Dr. Alberto Raul Martinez
04	USF Geraldo Correia Carvalho / Dr. Álvaro Crosta
05	USF Vila Albertina / Dr. Álvaro Panazzolo

06	USF Maria Casagrande Lopes / Ernesto Che Guevara
07	USF Eugênia Mendes Lopes / Prof. Dr. Domingos A. Lomôcaco
08	USF Jamil Seme Cury / Dra Heloísa Maia La Rocca
09	USF Jardim Zara / José Paulo Pimenta de Mello
10	USF Prof. Dr. Breno J. Guanais Simões – Núcleo 1
11	USF Enfa. Maria Teresa Romão Pratali – Núcleo 2
12	USF Prof.Dra Célia de Almeida Ferreira – Núcleo 3
13	USF Marina Moreira de Oliveira – Núcleo 4
14	USF Prof. Dra Vera Heloísa Pileggi Vinha – Núcleo 5
15	USF Núcleo 6

**Unidade Básica e Especializada (03)

01	PAM II – Dra Teresinha Garcia José Gradim
02	UBS Simioni / Alexander Fleming
03	UBDS Castelo Branco / Dr. Ítalo Baruffi

Unidade de Pronto Atendimento (01)

01	UPA 13 de Maio / Dr. Luis Atilio Losi Viana
----	---

¹Unidade Básica, Distrital, Especializada e PA (02)

01	UBDS Central / Dr. João Baptista Quartim
02	UBDS Vila Vigínia / Dr. Marco Antônio Sahão

²Unidade Distrital, Especializada e PA (02)

01	UBDS Norte / Dr. Sérgio Arouca
02	UBDS Oeste / Dr. Joel Domingos Machado (CSE Sumarezinho)

³Unidade Especializada (11)

01	NGA – 50 / Núcleo de Gestão Assistencial
02	Centro Referência Moléstias Infecto Contagiosas / Dr. José Roberto Campi

03	Centro Ref. Moléstias Infecto Contagiosas / Enfa Maria da Conceição da Silva
04	NADEF Dr. Jayme Nogueira Costa
05	Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador / Prof. Dr. Roberto Salles Meirelles
06	CAPS II Prof. Dr. Cláudio Roberto C. Rodrigues – Semi-internação
07	CAPS ad
08	CAPS III Dr. André Santiago
09	CAPS Infantil Luiz Carlos de Souza
10	Ambulatório Regional de Saúde Mental Dr. Guido Hetem
11	Ambulatório de Saúde Mental Distrito Central Dr. Nelson Okano

Equipe de Saúde da Família (34)

USF Heitor Rigon / Dr. Luiz Gonzaga Olivério	03 Equipes
USF Avelino Alves Palma / Dr. José Augusto Laus Filho	02 Equipes
USF Estação do Alto / Prof. Dr. Alberto Raul Martinez	02 Equipes
USF Geraldo Correia Carvalho / Dr. Álvaro Crosta	01 Equipes
USF Vila Albertina / Dr. Álvaro Panazzolo	04 Equipes
USF Maria Casagrande Lopes / Ernesto Che Guevara	04 Equipes
USF Eugênio Mendes Lopes / Prof. Dr. Domingos A. Lomônaco	02 Equipes
USF Jamil Seme Cury / Dra Heloísa Maia La Rocca	01 Equipe
USF Jardim Zara / José Paulo Pimenta de Mello	04 Equipes
USF Prof. Dr. Breno J. Guanais Simões – Núcleo 1	01 Equipe
USF Enfa Maria Teresa Romão Pratali – Núcleo 2	01 Equipe
USF ProfaDra Célia de Almeida Ferreira – Núcleo 3	01 Equipe
USF Marina Moreira de Oliveira – Núcleo 4	02 Equipes
USF ProfaDra Vera Heloísa Pileggi Vinha – Núcleo 5	01 Equipe
USF Núcleo 6	01 Equipe
CSE Vila Tibério	01 Equipe
UBS Ribeirão Verde – Equipe Assentamento da Barra	01 Equipe
USF Valentina Figueiredo	01 Equipe
USF Jardim Paiva	01 Equipe
Total	34 Equipes

Equipe de Saúde da Família (34)

USF Heitor Rigon / Dr. Luiz Gonzaga Olivério	02 Equipes
USF Estação do Alto / Prof. Dr. Alberto Raul Martinez	01 Equipes
USF Vila Albertina / Dr. Álvaro Panazzolo	02 Equipes
USF Maria Casagrande Lopes / Ernesto Che Guevara	02 Equipes
USF Eugênio Mendes Lopes / Prof. Dr. Domingos A. Lomônaco	01 Equipes
USF Jamil Seme Cury / Dra. Heloísa Maia La Rocca	01 Equipes
USF Jardim Zara / José Paulo Pimenta de Mello	02 Equipes
UBS Ribeirão Verde – Equipe Assentamento da Barra	01 Equipe
Total	12 quipes

DESCRIÇÃO REDE SUAS

A rede de serviços socioassistenciais do Município, em seus dois níveis de proteção: Básica e Especial de Média e de Alta Complexidade, bem como as políticas intersetoriais, vêm se organizando de forma a melhor atender a população demandatária da Política de Assistência Social.

A rede própria do município é composta pela Proteção Social Básica desenvolvida em 5 CRAS e 14 equipamentos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; pela Proteção Social Especial de Média Complexidade efetuada em: 3 CREAS, 1 Centro Pop, 2 Centros de Convivência Especializados para Idosos, 3 Coordenadorias (Adolescente, Idoso e Mulher); e pela Proteção Social Especial de Alta complexidade executada em: 1 Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, 1 Acolhimento em

República para Idosos, 1 Casa de Passagem para Adultos e Famílias em Situação de Rua e 1 Casa Abrigo da Mulher.

A rede socioassistencial formada por Entidades e Organizações da Sociedade Civil, atualmente, é composta por 50 entidades cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), estando todas tipificadas de acordo com as normativas do Sistema Único de Assistência Social, tendo como público alvo: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, dentre outros.

Além dos Serviços, programas e projetos que compõe a rede socioassistencial municipal, a SEMAS responde pela concessão, gestão e/ou orientação às famílias quanto aos Programas de Transferência de Renda e Benefícios socioassistenciais em três modalidades: a) Programas continuados de transferência direta e regular de renda: BPC – Benefício de Prestação Continuada para pessoas idosas e pessoas com deficiência (Federal), Bolsa Família (Federal), PETI (Federal), Renda Cidadã (Estadual), Ação Jovem (Estadual), Programa Amigo do Idoso (Estadual), Programa de Apoio Alimentar (Municipal), Programa Municipal de Auxílio Financeiro às Famílias, Crianças e Adolescentes Carentes de Recursos Materiais e Programa Família Substituta (Municipal); b) Eventuais: Passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, auxílio funeral, vales transporte; c) Emergenciais: Suprimentos alimentares.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB

A Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS), estabelece que o objetivo da Proteção Social Básica é: *“Prevenir situações de risco, desenvolvendo potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”*. O público alvo é: *“a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilidade de vínculos afetivos relacionais e fortalecimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências dentre outras)”*.

Em Ribeirão Preto existem (cinco) CRAS desenvolvendo o PAIF, obedecendo a seguinte divisão territorial:

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 1 R. Marcondes Salgado,253 Centro	Distrito de Bonfim Paulista	V. Cel. Quito	V. Jd. Maria Augusta
	Campos Elíseos	Junqueira	V. Uchoa
	Jd. Independencia	V. Tamandare	V. Formosa
	Jd. Mosteiro	Jd. America,	V. Morandini
	V. Lapa	Palma Travassos,	Favela do Brejo
	Centro,	Higienópolis,	VI. Seixas,
	Jd. Paulista,	Santa Cruz,	Jd. Irajá / Santa Cruz
	João Rossi,	Jd. São Luis,	Jd. Pedras
	Jd. Macedo,	Jd. Das Laranjeiras	Sta Terezinha,
	Sumaré,	Jd. Interlagos	

	Jd .California, Res. Florida Pq. São Sebastião Jd. Do Trevo Vl. Abranches JdIguatemi , Pres. Médici, PqBandeirantes Castelo Branco I e II Jd Primavera , Jd Novo Mundo JdAnhanguera, Jd. Cadacaan Vl. Amélia V. Del Fiori Manoel Pena Roberto Benedeti Jd. Itamarati Núcleo São Luiz Lot. Sitio S. Bento I - II Cond. Campestre Jd. Helena	Jd.Cândido Portinari Pq. Dos Flamboyans <i>Jd Palmares</i> <i>Jd Zara,</i> <i>JdGrajaina</i> <i>JdItaporá,</i> <i>Vila Comercial</i> <i>CidadeCriança,</i> <i>Ribeirânia</i> <i>Favela Zara</i> <i>Vl. Tibério</i> Cond. Jatobá Cond. Jatobá RecreioAnhanguera Favela Anhanguera Cond. Res. Jequitibá Jd. Botânico Jd. Greenville Portal do Ipês Portal do Pássaros Pq. Dos Servidores	VI Ana Maria Jd Canadá / Pq. Das Mansões Cond. Chácara Hípica Favela do Trevo Nova Ribeirânia, Lagoinha, Jd Vista Alegre PqInd. Lagoinha, JdLacerda Vila Fernandes JdFormoso Jd. Paulistano Vl. Lobato Jd. Itanhanga Jd. Juliana Jd. Palmeiras I e II
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 2 R.VirgilioAntonioSimionato, 315 Conjunto Habitacional Avelino Palma	Adelino Simioni Estrada 4 e 7 Rua Rafael Defina (toda) Valentina Figueiredo, Geraldo C. de Carvalho Chácara Bonacorsi Jd. Maria de Lourdes	Ch. Pedro Correia de Carvalho Jd. Herculano Fernandes Jd. Heitor Rigon, Vl. Fábio Barreto Conj. Hab. RubemCione	Quintino Facci II Conj. Avelino Alves Palma Conj. Hab. Pq dos Sabiás Balneários Chácara Recreativos Jardim Salgado

	Jd. Jandaia ,	Parte do Ipiranga	Filho II
	AntonioMarincek	Quintino Facci I,	Conjunto Leo Gomes
	Via Norte(até Centro de Zoonoses)	Pq. Ind. Avelino Alves Palma,	Salgado Filho I
	VI. Brasil,	Jardim Antônio Palocci I, II e III	Ribeirão Verde,
	Vila Elisa	Jd. Pedra Branca,	Jardim das Palmeiras,
	VI. Mariana ,	MST	Florestan Fernandes,
	VI. Carvalho	Assentamento Mário Lago	Diva Tarlá de Carvalho
	Parte do	Assentamento Índio Galdino	Fazenda da Barra
	Pq. Industrial Tanquinho	Jd. Iara,	Jardim Patriarca,
	Jd. Aeroporto,	Vila Hípica	Jardim Ouro Branco
	Jd. Jockey Clube,	Assentamento FloridaPaulista	
	Esplanada da Estação,		
	Parque Hipódromo,		
	Jardim Porto Seguro		
	Pq. Ind. Quito Junqueira		

<p>Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 3</p> <p>R. Rua Rio Grande do Norte, 637</p> <p>Ipiranga</p>	<p>VI. Albertina, Jd. Paraíso, Jd. Central Park, VI. Fabio Barreto, Dutra III, JD. Indaiá Ipiranga VI. Recreio, VI. Pompéia, VI Augusta, VI Abreu Sampaio.</p>	<p>Jd. Pres. Dutra I e II, Resid. Das América, Jd. Javari parte da VI. Augusta Jd. Silvio Passalacqua Alto do Ipiranga, Sumarezinho, VI. Esmeralda VI. Prado,</p>	<p>Monte Alegre, Parte do Sumarezinho, Jd. Antártica, Cidade Universitária, VI. Manoel Junqueira, Jd. Santa Luzia, Jd. Conceição</p>
<p>Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 4</p> <p>R. Florinda Bordizan Sampaio</p> <p>José Sampaio</p>	<p>V. Tecnológica, Jd. Procópio Jd. Maria Casagrande Jd. Oestes Lopes Camargo Jd. Alexandre Balbo I e II José Sampaio Pq. das Figueiras, Sonho Real Jd. Paiva Jd. Mario Paiva Arantes</p>	<p>Pq . Andorinhas, Planalto Verde, Dom Mielle, Jovino Campos, Jamil Cury, Jd. Emir Garcia, Jd. Carlos de Lacerda Chaves VI. Tecnológica</p>	<p>Jd. Paulo Gomes Romeu, Jd. Arlindo Laguna, Jd. Eugênio Mendes Lopes, Jd. Portal do Alto Favela do Planalto Verde</p>
<p>Centro de Referência de Assistência Social – CRAS 5</p> <p>R. Oswaldo Aranha, 488</p> <p>Parque Ribeirão Preto</p>	<p>Jardim Progresso Av. Manoel Antonio Dias Av. Alto da Boa Vista Adão do Carmo Leonel – Jd. Ibirapuera, Jd. Morumbi Pq. Ribeirão Preto – Gleba II VI. Virgínia,</p>	<p>Pq. Ribeirão Preto – Gleba I VI. Guiomar, Jd. Santa Rita, Jd. Marchesi Jd, Progresso, Jd. Vida Nova Itaú, Jd. Itaú Mirim,</p>	<p>Jd. Maria da Graça, Jd. Branca Sales Av. Pio XII, Jd. Centenário, Guanabara, Solar Boa Vista Favela das Mangueiras</p>

	Delbou, Jd. Piratininga, Jd. Maria Goreti,	Boa Vista, Dom Bosco, Recreio,
--	---	--------------------------------------

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é realizado em:

Unidades Públicas de Atendimento – S.C.F.V.	Público Alvo
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente de Bonfim Paulista R. Major Francisco Gandra, s/n – Bonfim Paulista	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente - Presidente Dutra R. Angelo Romano, 186 – Presidente Dutra	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Adelino Simione Av. General Euclides de Figueiredo, 278 – Adelino Simione	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Vila Mariana R. Itu, 1120 – Vila Mariana	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Horto Municipal Av. Manoel Antonio Dias	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Branca Sales R. Nadin Latuf, 170	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Cynira Said R. Pedro Colino, 271	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Jd. Marchesi R. Clemente Santili, s/n	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Maria Nilde Mascellani R. Cruz e Souza, 3100	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Estação do Alto R. João Delibo, s/n	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Vila Albertina R. Rio Xingu, 495	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente CAIC R. Antonio Forniellas, 248	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Adão do Carmo Leonel R. Antonio Vicco, 195	06 a 15 anos
Centro de Convivência da Criança e do Adolescente – Adolescente – Núcleo da Criança e do Adolescente Marincek	06 a 15 anos

R. Roberto Michellin, 95	
Centro de Convivência do Idoso – Núcleo de Atendimento a Terceira Idade Av. Saudade, 2182 – Campos Eliseos	60 anos ou mais

Unidades Privadas de Atendimento – S.C.F.V.	Público Alvo
Associação Beneficente Integração à Vida (Casinha Azul) Av. Marco Antonio Macario dos Santos, 1080 – Parque dos Servidores	06 – 15 anos
Associação Beneficente Espírita Nave da Saudade R. Maria Candida, 762 – Jardim Zara	06 – 15 anos
Associação das Ursulinas de Ribeirão Preto R. Dr. Loyola, 532 – Vila Tibério	06 – 15 anos
Associação de Ensino de Ribeirão Preto – AERP Av. Costábile Romano, 2201 – Ribeirânia	60 ou mais
Alvorada Associação Amigos de Boa Vontade R. Alfredo Baldo, 41 – Jardim do Trevo	06 – 15 anos
Associação Programa Mãos Estendidas R. Rondônia, 1998 – Jardim Monte Alegre	06 – 15 anos
Associação São Francisco de Assis GewoHaus R. Conego Fernandes Pinheiro, 486 – Vila Virgínia	06 – 15 anos
Associação Transformar de Ação Sócio-Comunitária R. José da Silva Melo, 280 – São José	06 – 15 anos
Centro de Artesanato e Promoção Humana – CENARPH R. Porto Seguro, 142 – Ipiranga	06 – 15 anos
Centro de Artesanato e Promoção Humana – CENARPH R. Porto Seguro, 142 – Ipiranga	60 ou mais
Centro de Orientação e Integração e Assistência Social - CORASSOL R. Legionário Maurício, 69 – Vila Pompéia	06 – 15 anos
Círculo de Trabalhadores Críticos R. Dr. Loyola, 533 – Vila Tibério	60 ou mais
Centro Social Marista Irmão Rui Leopoldo Delpine – ABEC R. Júlio Ribeiro, 3451 – Parque Ribeirão Preto	06 – 15 anos
Centro Renovado Cristão Ensino Integral – CRECEI R. Guerino Fonzar, 331 – Alexandre Balbo II	06 – 15 anos
Centro Espírita Aprendizes do Evangelho R. Machado de Assis, 260 – Vila Tibério	06 – 15 anos
Comunidade Totus Tuus R. Luiz Mestriner, 38 – Alexandre Baldo II	60 ou mais
Fraternidade Solidária São Francisco de Assis – FRASOL R. Floriano Leite Ribeiro, 345 – Parque Ribeirão Preto	06 – 15 anos
Fraterno Auxílio Cristão da Cidade de Ribeirão Preto – FAC R. Barão do Amazonas, 881 – Centro	06 – 15 anos
Fundação Waldemar Barnsley Pessoa R. Américo Biscaro, S/N	06 – 15 anos
Lar da Criança e Creche Vinde Meninos R. General Camara, 3427 – Jardim Jandaia	06 – 15 anos
Lar Espírita Casa de Caridade Padre Cícero Av. Barão do Bananal, 492 – Jardim Anhanguera	06 – 15 anos

Legião da Boa Vontade – L.B.V R. Rio de Janeiro, 383 – Campos Elíseos	06 – 15 anos
Núcleo Espírita Renovação e Luz R. Martim Afonso de Souza, 621 – Monte Alegre	06 – 15 anos
Organização Cidadania Ativa – OCA R. Antônio Moisés Saad, 465 – Lagoinha	06 – 15 anos
Organização Comunitária Santos Antônio Maria Claret R. Tupinambá, 1605 – Vila Recreio	06 – 15 anos
Organização Vida Nova Casa das Mangueiras R. Tupinambá, 1457 – Vila Recreio	06 – 15 anos
Projeto Criança Feliz R. Capitão Luiz Rufo, 29 – Quintino Faccil	06 – 15 anos
Sociedade Beneficente Ecangélica de Ribeirão Preto – SOBERP Av. Dos Andradas, 850 – Jardim Vida Nova	04 – 15 anos
Sociedade Espírita Obreiros do Bem R. Guy Saad Salomão, 880 – Parque Ribeirão Preto	06 – 15 anos
Sonho Real R. Inácio Salomão, 424 – Parque Industrial Tanquinho	06 – 15 anos

PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – PSE

A Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS), estabelece que *“a proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras”*. Os serviços têm estreita interface com o Sistema de Garantia de Direitos e outras políticas públicas setoriais. É realizado em dois níveis: média e alta complexidade:

Local de Atendimento	Áreade Abrangência
<p style="text-align: center;">CREAS I</p> <p style="text-align: center;">Rua Augusto Severo,791 Casa 1 – Vila Tibério</p>	<p>Bonfim Paulista, Vila Tibério, Centro, Vila Uchoa, Vila Amélia Junqueira, Vila Europa, Vila Formosa, Jd. Maria Augusta, Vila Matilde, Vila Morandini, Higienópolis, Jd. São Luiz, Alto da Boa Vista, Jd. Sumaré, Sta Terezinha, Jd. Califórnia, Jd. Ana Maria, Jd. João Rossi, Jd. Flórida, Jd. Irajá, Sta Cruz, Jd. América, Jd. Laranjeiras, Vila Seixas, Jd. Botânico, Jd. Canadá, Jd. Nova Aliança, Jd. São José, Jd. StaAngela, City Ribeirão, Jd. Manoel Pena.</p> <p>Condomínios: Jatobá, Aroeira, Guaporé, Genova, Del Fiori, Paineiras, Sta Mônica, Vila Florença, Buritis, Recreio das Acácias, Conjresid Vila Real, Firenze, Cond Itamarati, Cond das Magnólias, CondVilage Monet, Cond Citra Di Positane, Lot Bosque dos Juritis, Cond Sant Gerard, Royal Park, Quinta da Alvorada, Cond Colina Verde, CondContry Village, CondSta Helena, Jd. Greenville e etc</p> <p>Vila Virgínia, Av. Bandeirantes, Av. Caramuru, Av. dos Andradas, Jd. Bela Vista, Jd. Centenário, Jd. Ibirapuera, Jd. Itaú, Jd. Marchesi, Jd. Maria Goreti, Jd. Sta Rita, Jd. Vida Nova, Vila Guiomar, Jd. Piratininga, Vila Guanabara, Jd. Pio XII, Campos Elíseos, Jd. Independência, Resid. Primavera, Vila Cel. Quito Junqueira, Vila Lapa, Vila Tamandare, Jd. Mosteiro, Jd. Paulista, Adão do Carmo Leonel, Av. Arlindo Pimenta, Av. Casper Líbero, Av. Manoel Antonio Dias, Av. Patriarca, Av. Prof. Pedreira de Freitas, Horto Municipal, Jd. Branca Sales, Jd. Maria da Graça, Jd. Morumbi, Jd. Progresso (da Rua A 8 até a Rua A 7), Pq. Ribeirão Preto, Vila Guiomar, Quinta da Boa Vista, Cond. R. Vista Alegre, Cond. R. Garden Villa</p>
<p style="text-align: center;">CREAS II</p> <p style="text-align: center;">Rua Leonor Romiciano Guimarães, 201 Geraldo Corrêa de Carvalho</p>	<p>Vi. Albertina, Jd. Paraíso, Jd. Central Park, Jd. Presidente Dutra I, II e III, Residencial América, Jd. Javari, Vila Augusta, Jd. Silvio Passalacqua, Vi. Pompéia, Alto do Ipiranga, Ipiranga, Vi. Tecnológica, Jd. Procópio, Jd. Maria Casagrande, Jd. Orestes Lopes de Camargo, Jd. Alexandre Balbo I e II, José Sampaio, Pq. Das Figueiras, Sonho Real, Pq. dos Pinos, pq. Andorinha, Planalto Verde, Dom Mielle, Jovino Campos, Jamil Cury, Jd. Emir Garcia, Jd. Carlos de Lacerda Chaves, Jd. Paulo Gomes Romeo, Jd. Arlindo Laguna, Jd. Eugênio Mendes Lopes, Jd. Portal do Alto, Favela do Planalto Verde, Jd. Paiva, Jd. Mário Paiva Arantes, Adelino Simioni (inclui-se: Estrada 4, Rua Rafael Defina e Chácara Pedro Corrêa de Carvalho), Valentina Figueiredo, Geraldo Corrêa de Carvalho (inclui-se: Chácaras Bonacorsi e Maria de Lourdes), Jd. Herculano Fernandes, Jd. Heitor Rigon, Jd. Jandaia, Antônio Marincek (Via Norte até Centro de Zoonoses), Vi. Fábio Barreto, Conj. Hab. Rubem Cione, Quintino Facci I e II, Pq. Ind. Avelino Alves Palma, Vi. Brasil, Vila Elisa, Conj. Avelino Alves Palma, Conj. Hab. Pq. Dos Sabiás, Balneários Recreativos, Jd. Salgado Filho I e II, Conj. Léo Gomes, Ribeirão Verde, Cond. Das Palmeiras, Florestan Fernandes, Diva Tarlá de Carvalho, Antônio Palocci I e II, Jd. Pedra Branca, MST, Vi. Mariana, Vi. Carvalho, Pq. Ind. Tanquinho, Jd. Aeroporto, Jd. Jockéi Clube, Jd. Iara, Vila Hípica, Assentamento Florida Paulista.</p>
<p style="text-align: center;">CREAS III</p> <p style="text-align: center;">Rua Egidio Bacalal, 165, Jd. Palmeiras II</p>	<p>Jd. Candido Portinari, Castelo Branco I e II, Cidade da Criança, Cond. Chácara Hípica, Cond. Vila D'Itália, Jd. Anhanguera, Jd. do Trevo, Jd. Formoso, Jd. Grajaúna, Jd. Helena, Jd. Iaporá, Jd. Iguatemi, Jd. Interlagos, Jd. Itanhagá, Jd. José Figueiras, Jd. Juliana, Jd. Lacerda, Jd. Novo Mundo, Jd. Palma Travassos</p> <p>Jd. Palmares I e II, Jd. Macedo, Jd. Paulistano, Ribeirão, Nova Ribeirão, Jd. Primavera, Jd. Vista Alegre, Jd. Zara, Lagoinha, Peripau, Portal dos Ipês, Portal dos Pinheiros, Pq. Bandeirantes, Pq. das Mansões, Pq. dos Lagos, Pq. dos Servidores, Pq. Flamboyant, Pq. São Sebastião, Presidente Medici, Recreio Anhanguera, Recreio Internacional, Vila Abranches, Vila Comercial, Vila Santana</p>

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Idosas e suas Famílias.

Unidades Públicas de Atendimento – Média Complexidade	Público Alvo
Coordenadoria Técnica de Proteção ao Idoso Rua Edgard Cajado, nº400- Campos Elíseos	60 anos ou mais
Centro Dia Para o Idoso “Maria da Silva – Dona Germana” Endereço da Unidade: Rua Diná Sassi Steagall nº735- bairro Jardim Juliana.	60 anos ou mais
Centro de Convivência Especializado para Idosos “ Rosa Gileno Tácio” Endereço da Unidade:Rua Edgar Cajado nº 400– bairro Campos Elíseos.	60 anos ou mais

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias

Unidade Pública de Atendimento – Média Complexidade	Público Alvo
SPPD – Seção de Programas para Pessoas com Deficiência Rua Dom João VI, nº 115 – Jardim Mosteiro	0 – 60 anos ou mais

Unidades Privadas de Atendimento – Média Complexidade	Público Alvo
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão Preto – APAE (Pessoa com deficiência) R. Coracy de Toledo Pizza, 571 – Ribeirania	0 – 60 anos ou mais
AMA – Associação dos Amigos do Autista (Pessoa com deficiência) R. Nélio Guimarães, 184 – Jardim São Luis	0 – 59 anos
Associação de Apoio ao Psicótico (Pessoa com deficiência) Av. Alice de Moura Braghetto, 255 – City Ribeirão	18 – 59 anos 60 anos ou mais
Associação dos Surdos de Ribeirão Preto (Pessoa com deficiência) R. Laguna, 1560 – Jardim Paulistano	15 – 60 anos ou mais
Centro Ann Sullivan do Brasil (Pessoa com deficiência) Av. Francisco Massaro Farinha, 333 – Ribeirânia	0 – 60 anos ou mais
Centro de Atividade Educacional Especial de Ribeirão Preto – CAERP (Pessoa com deficiência) R. Luiz Carlos Vitorazi, 180 – Planalto Verde	0 – 60 anos ou mais
Grupo de Apoio à Criança com Câncer (Pessoa com deficiência)	0 – 17 anos incompletos

R. Professor Pedreira de Freitas, casa 06 – Campus da USP	
---	--

Unidade Pública de Atendimento – Média Complexidade	Público Alvo
Centro Pop Rua Pernambuco, nº1055 - casa 1 - Campos Elíseos	jovens, adultos, idosos e famílias

Unidade Pública de Atendimento – Alta Complexidade	Público Alvo
Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes- SAICA Rua: Genoveva Onofre Barban, 851, casas 1 , 2 e 3 Bairro: Planalto Verde	crianças e adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos

Unidade Pública de Atendimento – Alta Complexidade	Público Alvo
Casa de Passagem para Adultos e Famílias em Situação de Rua Rua Pernambuco, 1055 - Campos Elíseos	Adultos e famílias

Unidade Pública de Atendimento – Alta Complexidade	Público Alvo
Casa Abrigo da Mulher “Nilda Rocha Simões” Endereço Sigiloso	Mulheres acima de 18 anos

Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos (ILPIs)

Unidades Privadas de Atendimento – Alta Complexidade	Público Alvo
Assistência de Caridade Vicentina R. João Clapp, 521 – Campos Elíseos	60 anos ou mais
Associação de Caridade Santa Rita de Cássia R. Dr. João Gomes da Rocha, 509 – Jardim Irajá	60 anos ou mais
Lar dos Velhos da Igreja Presbiteriana Trav. Pura de Paula Pantozzi, 110 – Ipiranga	60 anos ou mais
Lar Padre Euclides Av. Saudade, 1577 – Campos Elíseos	60 anos ou mais
Sociedade Espírita Cinco de Setembro R. Tapajós, 2881 – Ipiranga	60 anos ou mais
Associação Assistencial Maria de Nazaré (Vovô Albano)	60 anos ou

R. João Godoy, 551 – Jardim São Luis	mais
--------------------------------------	------

Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência

Unidades Privadas de Atendimento – Alta Complexidade	Público Alvo
Centro de Orientação e Integração e Assistência Social – CORASSOL (Residência Inclusiva) R. Curupaiti, 226 – Jardim Antártica	Jovens e adultos com deficiência
Centro de Orientação e Integração e Assistência Social – CORASSOL (Residência Inclusiva) R. Albert Einstein, 1115 – Jardim Antártica	Jovens e adultos com deficiência

Acolhimento em República para Idosos- Vila Dignidade

Unidade Pública de Atendimento – Alta Complexidade	Público Alvo
Acolhimento em República para Idosos - Vila Dignidade "DEJAIR GONÇALVES DE ANDRADE" Rua Rubem Úbida, nº 670 – Jardim Botânico	Idosos

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

Unidades Privadas de Atendimento – Família Acolhedora	Público Alvo
CARIB – Centro de Adoção de Ribeirão Preto	Crianças e Adolescentes
Grupo de Apoio e Incentivo à Adoção de Ribeirão Preto – Crescendo em Família R. Doutor Loiola, 533 sala 01 – Vila Tibério	Crianças e Adolescentes

Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências

Unidade Pública de Atendimento – Alta Complexidade	Público Alvo
Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências Rua Pernambuco, 1055 - Campos Elíseos	Famílias e indivíduos

Nota Informativa:

A quantidade de equipamentos públicos na área da Assistência Social, somadas as instalações da Saúde e da Educação, da Cultura e dos Esportes, ilustra como a cidade de Ribeirão Preto é bem provida de instalações. A plena utilização delas é que é problemática. Dezenas de espaços permanecem ociosos e não cumprem os objetivos para os quais foram erguidos. Oferecer máxima utilização torna-se, então, imperativa como Política de Estado.

Diagnóstico: Considerações & Indicativos

Após a caracterização da rede de atendimento das três principais Políticas Públicas Municipais é possível avaliar que os serviços essenciais existem, o que os tornam ineficientes são fatores ligados à gestão: RH insuficiente ou com formação incompatível, falta de planejamento dos gastos a médio e longo prazos, descontinuidade das ações, falta de legitimidade através da participação popular, pouca integração com a comunidade, dentre outros.

Destaca-se a falta de diálogo e integração entre os gestores das Pastas de atendimento direto à população, com as demais afeitas a administração de recursos, pessoal e infraestrutura, que se traduz em um momento caótico sem prioridades ou Norte de ações e requer que seja instituída governança compartilhada e inovadora, baseada em redes integradas de serviços para o aproveitamento de sinergias e complementaridades econômicas, bem como para o equacionamento de problemas comuns.

Para cumprir esse papel na construção de um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, a nova Administração deve impor a si própria um conjunto de medidas firmes: gestão pública democrática, participativa e eficiente, capaz de gerar resultados para a sociedade e serviços públicos de qualidade.

- 1) A criação de uma CAMARA DE GESTÃO, com agenda fixa e uma equipe de mediação e redação, em que seja obrigatória a participação de todos os Secretários Municipais envolvidos, e que de cada reunião, saiam Resoluções e Protocolos conjuntos, partindo de pautas definidas previamente, provocando, se necessário,

audiências públicas, por onde as decisões venham a ganhar legitimidade e transparência.

- 2) Os serviços já em funcionamento deveriam passar por uma auditoria externa, que envolva processos de trabalho, custos, adequação de RH, acessibilidade e eficiência.
- 3) Para atendimento ao TCE, e um melhor Planejamento, todas as Secretarias deverão adotar a mesma divisão regional (que também deve ser revista), uma vez que atualmente as configurações se dão por fatores específicos de cada pasta, o que dificulta a integração.
- 4) No âmbito da saúde, os grandes gargalos estão na área de Psiquiatria, atendimento Infante Juvenil em Saúde Mental, Psicologia e Exames de Imagem (As avaliações iniciais e atendimentos podem ser resolvidos a partir de parcerias e convênios com as Universidades, e os atendimentos de Rotina serão otimizados se realizados nas próprias UBS's.) A fila de espera por exames e especialidades, de imediato, podem ser sanadas através de mutirões e posteriormente o fluxo e a regulação serem revistas com base nos modelos do HC que conseguem fluidez e menos absenteísmo.
- 5) A Política de Álcool e Drogas carece de uma Coordenadoria Municipal ligada a Casa Civil ou de Governo, que faça a articulação entre SEMAS/ SMS/CAPS/CAPS-AD/CAPSi/ DRS e Hospitais Psiquiátricos, bem como atue junto ao COMAD para a elaboração do Plano Municipal, a busca de recursos junto ao COED e SENAD.
- 6) Um Programa que integre o PROERD da Polícia Militar, o Programa do Amor Exigente na Escola e o Projeto da GCM, com vistas ao trabalho preventivo ao uso de drogas nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino

Médio, de forma coordenada, cobrindo toda a rede de ensino.

7) Os serviços FORTEC, RIBEIRÃO JOVEM, FUNDET e CENTRO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, deveriam sair dos locais onde estão alocados (equivocadamente) e serem agrupados em um programa de formação profissional, trabalho e renda para jovens e adultos, com início, meio e fim, pois a fragmentação atual torna-os além de onerosos, ineficazes.

8) O crescimento da População Idosa aponta, diariamente, para a necessidade de se priorizar o atendimento a esta população; atualmente, existem demandas reprimidas e a urgência das seguintes ações:

- Implantação de uma ILPI pública para idosos que ainda não tem Benefícios, ou que a família comprometeu todo o vencimento do idoso.
- Ampliação da Equipe da Coordenadoria do Idoso, que recebe mais de 10 casos novos por semana.
- Implantação de uma Residência Geriátrica da Secretaria Municipal de Saúde, para idosos acamados que a família não tenha condição de cuidar e que não seja mais caso de internação hospitalar.
- Implantação de um CECI na região do Jardim Paulo Gomes Romeu e um no Ipiranga.
- Implantação de um Programa de Segurança Domiciliar do Idoso, que distribua Kits de segurança (antiderrapantes e barras de segurança) bem como oriente e treine os cuidadores para evitar as fraturas e óbitos por quedas

9) Implantação de um SCFV, para adolescentes no Jardim Aeroporto e outro no Jardim Paulo Gomes Romeu.

- 10) Apoiar entidades que queiram executar o serviço de república, para acolher moradores de rua e egressos das Comunidades Terapêuticas que queiram e sejam envolvidas em processos de ressocialização.
- 11) Rever os valores pagos as entidades assistenciais, no tempo devido, corrigindo-os de forma justa, permitindo maior autonomia e qualificação.
- 12) Viabilizar através do MDS e Plano Viver Sem Limites a construção de um Centro Dia para a Pessoa com Deficiência.
- 13) Criar um núcleo da Transerp para concessão de selos de estacionamento, cartão de passe livre, inclusão no serviço de Vans e emissão de cartões de transporte intermunicipais (atualmente a pessoa com deficiência precisa ir a SEMAS/ SMS e posteriormente na TRANSERP para acessar estes benefícios, quando na verdade trata-se de acessibilidade e mobilidade no transporte urbano, de atribuição exclusiva da TRANSERP.
- 14) Implantar uma Política de Trabalho para o Morador de Rua, em que o mesmo seja absorvido nos serviços de limpeza pública e manutenção de praças e jardins, paralelamente ao desenvolvimento de processos de qualificação e ressocialização para pposterior entrada no mercado de trabalho formal.
- 15) Criar um banco de doações de móveis, eletrodomésticos, colchões, roupas, cadeiras de rodas, muletas, cadeiras de banho e materiais de construção no Fundo Social de Solidariedade para atender a população carente.

16 Ampliação de 5 CRAS para facilitar o acesso do cidadão aos benefícios e Serviços da Política de Assistência

17 Fomentar a inclusão digital em todas as idades, com a implantação de pontos de acesso a computadores ligados a Internet, para idosos e famílias de baixa renda, em serviços públicos e entidades parceiras.

Segurança Pública para uma Cultura de Paz

Constitucionalmente, a Segurança Pública é uma atribuição das esferas superiores, do Estado e da União Federal. No entanto, cabe ao Município, ente federado desde 1.988, contribuir com as suas políticas públicas efetivas, no sentido de zelar pela harmonia social. A desagregação das Secretarias da área social tem produzido como resultado uma ínfima contribuição na solução de conflitos, sejam familiares ou mesmo comunitários.

Uma ação articulada na busca de metas que visem a substancial melhoria do convívio social passa, necessariamente, pela prestação de serviços públicos de maior qualidade.

Criou-se, historicamente, um mito de que a sociedade brasileira é das mais tolerantes. O que os números desmentem de maneira irresponsável, conforme artigo publicado pela FSP do dia 03 de Agosto de 2.016, como se pode ver: *“o Brasil lidera as estatísticas de mortes na comunidade LGBT (dado da Associação Internacional de Gays e Lésbicas), mata muito mais negros do que brancos (Mapa da Violência); registrou aumento de 633% nos casos de xenofobia (Ouvidoria Nacional dos Direitos*

Humanos); e 6,2% dos seus empregadores confessam não contratar pessoas obesas (site de recrutamento).”

Os dados são alarmantes, amplificados pelo uso irresponsável das redes sociais, onde grande parte das pessoas alardeia os seus mais pífidos preconceitos. Por isso, que ações sociais efetivas somadas a Campanhas intensivas de esclarecimentos sobre a aceitação das diferenças deverão produzir efeitos positivos na diminuição dos índices de violência, real ou simbólica.

Uma cidade bem cuidada reflete muito melhor nas atitudes das pessoas do que medidas puramente coercitivas ou repressoras. Uma cultura de paz só será possível se a maioria das pessoas nela se envolverem, sentindo-se seguras pelo compromisso de maior e melhor coesão social.

A ocupação dos espaços públicos com intensa atividade de cultura, de esportes e de lazer induzirá, por certo, comportamentos sociais saudáveis e civilizados.

Ações previstas:

Estabelecer parcerias de ação preventiva com os órgãos estaduais e federais, dando-lhes o devido suporte local.

Garantir a expansão do Programa “Olhos de Águia” para eixos viários e comerciais mais densos por meio de parcerias com a iniciativa privada e convênio com o governo estadual.

Garantir à Guarda Civil Municipal, meios e recursos para a devida proteção dos equipamentos públicos do Município, além de sua

plena disponibilidade nos casos emergenciais que demandem ações da Defesa Civil.

Criar instrumentos de ação de segurança comunitária em todas as regiões da cidade em colaboração articulada com as Polícias, a Guarda Civil e a Companhia de Bombeiros.

Melhorar, substancialmente, a iluminação pública com a implantação do Programa de lâmpadas de LED, mais eficientes, duráveis e de economicidade comprovada.

Programas sócio-culturais e esportivos de envolvimento das crianças, jovens, adultos e idosos, de implantação progressiva e periodicidade constante.

Ação Local para a Saúde

Ribeirão Preto sempre foi referência quando o assunto é Saúde. Os atendimentos de alta complexidade e as avançadas pesquisas médicas tornaram a cidade famosa e reconhecida pelo pioneirismo e avanços no tratamento de doenças graves. Porém, quem mora em Ribeirão Preto e depende da rede básica e do atendimento de urgência sabe que a realidade é bem diferente.

A população sofre com uma série de problemas no atendimento oferecido pela Secretaria da Saúde.

- Excessiva demora a agendar uma consulta médica nas unidades básicas;
- Longa espera para os atendimentos de urgência e emergência;
- Falta de médicos de algumas especialidades;
- Filas de até quatro anos para realização de exames e cirurgias;
- Falta de estratégias e políticas públicas;
- Problemas com atendimento odontológico.

1) Dificuldades para agendamento

Atualmente, procurar uma unidade é sinônimo de ficar meses na fila de espera. Na maioria dos casos, os pacientes procuram as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) quando a agenda é aberta e saem com a data em mãos de quando verá o médico – é raro obter-se um tempo inferior a três meses.

Imagine a paciente que procura o médico em janeiro, por exemplo, e sai com a consulta apenas para abril. Será que ela vai retornar na data anotada? Será até que vai se lembrar? E se faltar, alguém consegue ocupar esta vaga?

A resposta para a grande maioria das perguntas acima é NÃO.

A própria prefeitura reconhece, na prestação de contas da Secretaria de Saúde, que muitos ribeirão-pretanos poderiam ter sido atendimentos pelos médicos da atenção básica. Foram 94 mil consultas a menos do que foi oferecido durante o ano de 2015. Os dados são oficiais.

Agenda

ESPECIALIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	1º Quadrimestre/2015		2º Quadrimestre/2015	
	Oferta	Produção	Oferta	Produção
Clínica Médica	69.262	65.573	72.576	69.243
G.O.	51.765	36.307	59.559	43.065
Médico PSF	33.071	30.753	38.622	34.884
Pediatria	65.403	44.433	67.101	48.249
TOTAL	219.501	177.066	237.858	195.441

*** Oferta das consultas em atenção básica são maiores que a produção dos profissionais**

Outro grave problema é o sistema de aviso de consultas, que, literalmente, parou no século passado. O paciente encaminhado para um especialista (cardiologista, por exemplo) recebe uma carta da prefeitura com a data que a consulta teria que se realizar. Não existe nenhum tipo de protocolo implantado de

alertas aos pacientes, nem mesmo por telefone, para que as consultas não sejam perdidas entre o tempo do recebimento das cartas e a data da consulta.

Colocar fim ao engessamento da agenda é vital para que atenção básica comece a funcionar. O agendamento precisa ser dinâmico, passando pela implantação total de um protocolo de acolhimento e com a oportunidade de mudanças para que o fluxo não seja prejudicado e acabe sobrecarregando as unidades de emergência, que hoje se transformam na única alternativa da população.

2) Atendimento de Urgência

A necessidade de ampliação da rede de atendimento básico é necessária. O engessamento da agenda e a falta de investimento no Programa Saúde da Família (PSF) causam uma distorção na concentração do atendimento das unidades de emergência.

Se a rede básica funcionasse como preconiza o SUS, os pacientes seriam encaminhados, de forma rápida, pelos médicos da família ou das unidades básicas para especialistas, o que diminuiria a concentração das unidades de prontoatendimento (PA).

Com a inoperância do atendimento básico, as unidades de emergência se transformam na porta de entrada da população à rede pública. O fato apenas escancara a ineficiência da gestão para o setor.

Com a grande concentração de pacientes, chamar o atendimento de “prontoatendimento” parece ser ironia com a população, já que o setor também significa uma longa espera – horas sentado em uma cadeira (média de 3hs e 45m).

3) Falta de médicos

A demora para o atendimento, também é reflexo de outro grave problema de gestão – a falta de médicos da rede. Os dados oficiais mostram um grande desfalque no quadro.

Queda de médicos

- **2008 – 3694 profissionais**

638 médicos

- **2012 – 3893 profissionais**

710 médicos

- **2015 – 3168 profissionais**

559 médicos

Aumento de 11,28% de 2008 para 2012

Queda de 22% de 2012 para 2015

Com o desfalque, as filas por consultas só aumentam. A espera por um proctologista chegou a ser de 26 meses, quanto a espera por um reumatologista era de 21 meses. Em especialidades mais concorridas, como a ortopedia, a espera chega a 13 meses com mais de 5 mil pessoas na fila.

Uma unidade de saúde não funciona sem médico. Garantir uma escala adequada à demanda é obrigação do gestor. Para isso, além de facilitar as contratações e valorizar os profissionais, é necessário que os gerentes das unidades também tenham comprometimento com a qualidade dos serviços. Estes profissionais não podem ocupar o cargo baseado em acordos políticos.

4) Fila para exames

A Secretaria de Saúde também não consegue atender a população quando o assunto é realização de exames clínicos. Além da dificuldade de oferecer internamente os serviços, como radiografias ou mamografias, a Prefeitura ainda não consegue manter com prestadores de serviços um bom atendimento à população, por meio de contratação de exames.

A fila de espera pelo exame que aponta o diagnóstico de osteoporose (densitometria óssea) chega a três anos. Para averiguar se o paciente está com o distúrbio do sono, por exemplo, a espera pela polissonografia chega a quatro anos.

Cuidar da saúde também é garantir que os recursos necessários para a oferta de exames, medicamentos e cirurgias. Por inúmeras vezes, a prefeitura não conseguiu honrar com os compromissos e a população foi prejudicada com o cancelamento de procedimentos ou mesmo com a falta de medicamentos que precisam ser oferecidos. Em julho, à CPI da Saúde, instalada na Câmara de Ribeirão Preto, diretores da Santa Casa e da Beneficência Portuguesa afirmaram que a Prefeitura devia R\$ 4,6 milhões aos hospitais.

5) Saúde Bucal

A população também encara problemas em outras áreas da saúde. O número de consultados odontológicos também fica muito abaixo do que se pode oferecer para os moradores de Ribeirão Preto.

Dados da Secretaria de Saúde mostram que, em 2015, foram feitas 22 mil consultas a menos do que se poderia realizar. Foram

125.698, quando a estrutura poderia atender 148 mil pessoas. Fazer o agendamento funcionar e garantir um quadro adequado de profissionais da saúde bucal é necessário para que a população seja atendida de forma satisfatória.

6) Estratégias e políticas públicas

Trabalhar de forma estratégica com problemas crônicos de saúde, como a dengue, o uso de drogas, diabetes e hipertensão, por exemplo, são bem menos custosos que os tratamentos para as doenças. É necessário dar condições para as equipes tratarem da saúde da população (e não da doença).

Ao encontro disso, é preciso se ampliar as estratégias de programas de saúde da família e de programas específicos, como de Hipertensão e o Diabetes, Saúde da Mulher, Saúde Mental, entre tantos outros que enfrentam dificuldades em Ribeirão Preto.

() A estratégia da Saúde da Família ainda pode se transformar em um instrumento de melhoria da gestão de acordo com o Cades (Conselho de Assessoramento para o Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Ribeirão Preto), ligado a Acirp*

(Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto). De acordo com o estudo apresentado em 2012, a estratégia tende a racionalizar a procura pelo prontoatendimento, além de aumentar, substancialmente, ações multidisciplinares e multiprofissionais.

.....

Propostas e estratégias

- Garantir um quadro adequado de médicos e outros profissionais da saúde para diminuir o tempo de espera por consultas ou exames
- Facilitar a produção de consultas conforme a oferta (de acordo com a prestação de contas oficial, a oferta de consultas é maior que a produção apresentada)
- Fazer da agenda um processo dinâmico e uma rotina diária da unidade
- Selecionar os gerentes com base curricular, permitindo autonomia na tomada de decisão e cumprimento das normas e rotinas impostas pela Secretaria Municipal da Saúde
- Contratar mais prestadores para realização de exames

- Criar mecanismos que beneficiem os profissionais assíduos
- Fortalecer o modelo de Estratégia de Saúde da Família promovendo sua expansão no Município
- Fortalecer a política de humanização na rede de saúde municipal e a sua expansão para toda a rede municipal de saúde
- Ampliar os recursos médicos e de enfermagem para diminuir o tempo de espera para o atendimento, além de propor classificação de riscos dos usuários para prioridade nos atendimentos
- Rever a provisão de insumos conforme a necessidade instalada
- Compor uma comissão para revisão da padronização de medicamentos existente e levantar a necessidade instalada para aquisição de medicamentos e insumos diretamente das fontes produtoras
- Rever os contratos com fornecedores e propor formas para liquidar as dívidas existentes sem prejuízo para o abastecimento de medicamentos e insumos
- Fortalecer os CAPS municipais para recebimento dos pacientes provendo uma melhor acomodação e atenção até a internação
- Ampliar as ações de limpeza urbana com programação continuada para o combate ao mosquito *Aedes aegypti*

- Maior integração com outras Secretarias, como a de Educação, para ações contínuas para evitar epidemias de dengue
- Realizar monitoramento efetivo dos recursos recebidos pelo Ministério da Saúde para evitar prejuízos ao atendimento.
- Fortalecer os programas para atenção de doenças crônicas, como hipertensão, e também de grupos de risco, como crianças e adolescentes
- Melhorar a oferta e a produção de consultas odontológicas
- Buscar, por meio de convênios, o aumento do número de leitos públicos oferecidos para a população
- Aumentar a frota de ambulâncias do SAMU

Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida

A educação, direito de todo cidadão e dever do Poder Público, também será um grande desafio para o próximo Governo Municipal. Para cumprir o que determina a Constituição, a Prefeitura de Ribeirão Preto precisa avançar em diversas áreas, focando no planejamento e na integração com as demais secretarias da área social.

Não é possível se pensar na educação plena sem que os nossos alunos tenham a disposição uma vasta rede de informações e

atividades de preservação do meio ambiente, culturais e esportivas, por exemplo.

Além do planejamento que envolve ações conjuntas com outras secretarias, a Educação precisa intervir de forma rápida e planejada em outros setores. Nos últimos anos, as famílias de Ribeirão Preto têm sofrido com alguns problemas que prejudicam as nossas crianças.

- Falta de professores em sala de aula
- Falta de vagas em creches
- Superlotação das salas de aula
- Ausência de educação em tempo integral
- Problemas com materiais e uniformes

1) Aula, só com professor

Lugar de criança é na escola e com professores qualificados ministrando as aulas. Nos últimos anos, várias denúncias foram feitas contra a qualidade da educação oferecida pela prefeitura. Um dos casos mais graves foi que a Secretaria de Educação estava colocando estagiários para dar aula.

Garantir a presença de professores para todas as crianças é obrigação do governo. Para isso, é necessário se fazer um planejamento adequado para atender a real demanda do município, garantindo a contratação de profissionais para as escolas.

2) Fim da fila em creches

Atualmente, mais de 2,1 mil crianças estão sem creche em Ribeirão Preto. Este é o principal problema encarado pela Secretaria de Educação, que patinou nos últimos anos na abertura de novas unidades. Garantir a abertura de novas creches, dez delas já autorizadas por meio de convênios com o governo federal e estadual, tem que ser encarado como prioridade pela Secretaria de Educação.

O planejamento entre as secretarias também é essencial para que a demanda seja atendida de forma satisfatória. É necessário que a Secretaria de Educação esteja também em diálogo com a Secretaria de Planejamento, por exemplo, para garantir que as áreas de expansão imobiliária sejam identificadas e também façam parte da área de possível expansão para atendimento plano das famílias que vão ocupar tal espaço.

Esta falha de planejamento foi comum nos últimos anos. No Paulo Gomes Romeo e no residencial Wilson Toni, por exemplo, famílias foram instaladas nos conjuntos sem nenhuma ferramenta social (nem escolas, nem unidade de saúde).

3) Salas em condições ideais

Um ambiente com tranquilidade para que nossas crianças recebam um ensino de qualidade também é um dos desafios da Secretaria de Educação. Os erros de planejamento da Prefeitura de Ribeirão Preto para o setor atrapalharam o bom andamento das atividades nos últimos anos. A falta de professores fez com que a Educação apelasse para o fechamento de algumas salas de aula, realizando a fusão de algumas classes. Com isso, os professores tiveram que encarar salas com mais de 30 alunos no Ensino Fundamenta, por exemplo, o que até levou centenas de

pais de alunos às ruas para protestar. O fato ainda foi parar no Ministério Público. Garantir salas de aula com número adequado de alunos, respeitando as leis vigentes e orientação do Conselho Municipal de Educação, é primordial para o bom andamento da educação. Porém, para isso, é preciso se planejar as ações da pasta, garantindo quadro de profissionais que atenda a real demanda do município.

4) Educação Integral

A questão não é apenas passar mais tempo na escola. Implantar a Educação Integral com qualidade em Ribeirão Preto passa por muito mais. Como a própria definição da palavra, “integral” é algo completo, inteiro, total. Não se pode pensar nisso sem um planejamento adequado.

A experiência da educação integral dentro da Prefeitura de Ribeirão Preto não teve tal cuidado. A falta de planejamento e envolvimento de outras atividades fez com que a implantação, de fato, ficasse apenas na promessa. Além disso, a questão estrutural das unidades escolares também faz com que o desafio seja ainda maior. O que ocorreu em Ribeirão Preto foi apenas a transformação de uma unidade de Ribeirão Preto em uma “escola em tempo integral”. Ou seja: as crianças ficavam o dia inteiro na unidade, mas as atividades não condiziam com o propósito da Educação Integral - muitas atividades realizadas no contra turno, por exemplo, eram as mesmas que os alunos já haviam presenciado no período anterior.

Para o sucesso deste projeto, a proposta de integração das secretarias da área social é de vital importância. Inserir atividades nas áreas de esporte, cultura e meio ambiente, por

exemplo, são essenciais para que o aluno realmente ganhe ao ficar mais tempo na escola e tenta uma educação integral.

Na História

Por mais que a Educação Integral domine os debates sobre o que é oferecido aos alunos atualmente, a concepção remonta ao conceito de educação da Grécia Antiga, que buscava uma formação do homem como um todo: estético, moral, ético, metafísico, físico.

A pesquisadora Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho, em seu artigo "*História(s) da Educação Integral*", publicado no periódico *Em Aberto* nº 80, afirma que *"esse modo (dos gregos) de ver e perceber a formação do homem corresponde à natureza do que denominamos de educação integral: uma perspectiva que não hierarquiza experiências, saberes, conhecimentos."*

É a prática educativa que os antigos gregos definiam como *Paidéia*, assim definido modernamente pela educadora Daise Diniz:

"A educação, para nossos antigos filósofos, foi acima de tudo um exercício para o bem viver em comunidade, uma convivência calcada, sobretudo, na responsabilidade para com os outros e no respeito mútuo, que instaura a harmonia e preserva a dignidade entre os seres. A razão humana, no que tinha de mais sublime, era enfocada no ato de educar. [...] A questão que fica para nós é como estamos lidando com essa herança grega, num mundo em que se convencionou dissociar o sucesso do desenvolvimento do caráter. [...] O ato de educar foi barbarizado, barbarizado pela apatia, pelo politicamente correto e pelas falácias produzidas pela mídia. Nesse sentido é que o ato de educar torna-se um tema vivo, por necessitar de constante reflexão. A reflexão sobre que seres e que sociedade desejamos para nossa geração e para as gerações futuras. Essa era a questão

da paideia grega, uma vez que, na Grécia Antiga, educava-se para a vida em comunidade, em todas as suas nuances. É preciso indagar se nossas práticas educativas têm ajudado para nos tornarmos seres melhores, posto que o ato de educar pode ser o motor da construção de sujeitos éticos dotados de responsabilidade, solidariedade e de caráter para dar novos rumos à história humana"

Diniz, Daise. Reflexões sobre o ato de educar: educação e humanização. In: *Revista Educação Pública*, 2014; 35

No Brasil, a primeira experiência em tempo integral foi em Salvador, mas foi com o governador Leonel Brizola, fundador do PDT, que houve a massificação da proposta – ele criou os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) quando foi governador do Rio de Janeiro, no início da década de 80. Brizola foi acompanhado pelo antropólogo Darcy Ribeiro, autor da pedagogia do plano, e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, criador da planta dos prédios. Os Cieps e contavam com salas de aula, refeitórios, ginásios poliesportivos, bibliotecas, alojamentos e assistência médica e odontológica.

5) Uniforme e material escolar

A Secretaria de Educação ainda falhou na hora de entregar materiais escolares e uniformes para os alunos da rede. Com o problema, muitas escolas acabam pedindo para os pais comprarem os materiais de uso comum para não atrapalhar o fluxo das atividades.

Garantir que as escolas tenham todas as ferramentas adequadas para o bom andamento das aulas é obrigação da Secretaria de Educação, mas passa por um forte planejamento da pasta, com

revisão de contratos e também de um estudo sobre a real demanda.

Ações e estratégias:

- Colocar fim a fila atual de mais de 2 mil crianças por uma vaga em creche
- Garantir a presença de professores em todas as salas de aula
- Por fim a superlotação das salas de aula
- Revitalizar unidades escolares de acordo com a necessidade
- Ampliar o programa de formação continuada para todos os profissionais da educação, em parceria com instituições de ensino superior
- Priorizar a qualidade e a variedade dos alimentos da merenda escolar.
- Ampliar os recursos financeiros para a educação
- Mobilizar e efetivar uma política de educação de jovens e adultos que gere uma taxa de alfabetização próxima a 100%
- Melhorar a qualidade do ensino e buscar a equidade na Rede Municipal de Ensino, independente das suas condições social, econômica, étnico-racial e cultural
- Ampliar a educação integral através de escolas em tempo integral, contra turno ou via expansão da carga horária dos alunos, com uma forte articulação com as áreas do esporte, ciência e cultura
- Assegurar o acesso à educação especializada aos educandos com necessidades educacionais especiais
- Garantir a gestão democrática da educação, com as premissas do Plano Nacional de Educação, garantindo a

articulação com a sociedade civil e fortalecendo o conselho municipal de educação e dos conselhos escolares

- Garantir a segurança de alunos e professores dentro do ambiente escolar
- Ampliar o atendimento do Programa EJA – Educação de Jovens e Adultos
- Implantar um sistema municipal de avaliação de resultados pautada em metas: avaliar o desempenho dos alunos, professores, coordenadores, gestores e da própria Secretaria de Educação
- Inserir conteúdos locais e regionais (históricos, geográficos e ambientais) na Base Nacional Comum Curricular

Cultura e Esporte para a Sustentabilidade

Cultura: diagnóstico

Garantir o acesso da população à cultura, em uma sociedade que uma parcela mínima tem possibilidade de frequentar atividades e usufruir de bens culturais é um dos desafios da Secretaria de Cultura.

Pequena porção dos moradores de Ribeirão Preto consegue acessar teatros, cinemas, museus ou galerias de arte com frequência. Por isso, garantir uma política pública que garanta a acessibilidade da cultura por parte da população passa por um processo de descentralização, assim como de democratização das condições de produção cultural.

Democratizar e dar transparência aos processos decisórios é uma das ferramentas para que as distintas linguagens artísticas e expressões culturais cheguem, de fato, para a população.

Para estimular a produção cultura, também é necessário acabar com a subutilização de espaços importantes, como o Teatro de Arena e as praças e parques da cidade. Tudo isso, acaba acarretando em uma agenda carregada do Theatro Pedro II e mesmo do Teatro Municipal.

Além disso, a Secretaria de Cultura precisa ser um pólo incentivador de elaboração de projetos, auxiliando na busca de recursos por meio de Leis de Incentivo dos governos Federal e Estadual, tudo sob a tutela da Central de Projetos.

Valorizar as artes cênicas e também a música de concerto também é um passo importante a ser dado, levando-se em conta os laços históricos que Ribeirão Preto possui com estas artes.

Outro ponto importante é se aplicar políticas públicas para a área da Cultura. Nos últimos anos, com diversas nomeações baseadas em acordos políticos, a Secretaria de Cultura não conseguiu dar sequência a projetos e ações da pasta.

Os principais entraves para o amplo acesso da população à cultura são:

- Falta de política pública para a área cultural
- Subutilização do Teatro de Arena, praças e parques
- Falta de um núcleo de projetos
- Abandono de pontos históricos de Ribeirão Preto

1) Cultura como política pública

Ribeirão Preto tem a obrigação de fomentar o pluralismo, a diversidade cultural e garantir o exercício da cidadania cultural. Ao município cabe planejar, implementar, avaliar e monitorar ações e programas culturais, criando um permanente diálogo com a sociedade.

Para isso, além do planejamento adequado, é necessário que as ações na área da cultura tenham continuidade, não ficando à mercê de acordos políticos.

2) Vida ao Teatro de Arena

Um dos símbolos de Ribeirão Preto precisa ser utilizando com frequência. Dar vida ao Teatro de Arena é uma das propostas deste Projeto de Cidade. O espaço precisa ser um dos palcos principais da cultura ribeirão-pretana.

Palco de grandes apresentações na história e também de festivais, hoje o Teatro de Arena é utilizado ocasionalmente, sendo um dos retratos do abandono que vive a região do Morro do São Bento.

Dar vida ao Teatro de Arena também será importante para fomentar a cultura local. Ribeirão Preto, uma cidade tão rica quando o assunto é música popular, por exemplo, sofre com a falta de um palco para os artistas locais. A privatização da cultura vem prejudicando as manifestações.

A proposta para o Teatro de Arena é ainda mais audaciosa. O espaço precisa de uma cobertura retrátil para poder ser utilizado frequentemente e ganhar o espaço merecido na cultura de Ribeirão Preto. O projeto pode ser viabilizado por meio de

parcerias com a iniciativa privada ou com recursos do Governo Federal.

Praças e Parques

A descentralização das atividades culturais também passa pela utilização de praças e parques de Ribeirão Preto como palco das manifestações artísticas. Os espaços podem receber orquestras, teatros, apresentações de dança, entre outros, atendendo uma região da cidade de cada vez. O projeto seria viabilizado por meio de uma ação integrada com outras Secretarias, como de Saúde e Esporte, onde atividades destas pastas também seriam oferecidas à população.

3) Núcleo de projetos

Para cumprir o papel de fomentador da cultura, o governo precisa implantar uma Central de Projetos, com um núcleo voltado para a Secretaria de Cultura, que auxilie na captação de recursos por meio do Proac* (Programa Ação Cultura do Estado de São Paulo) e da Lei Rouanet**, do Governo Federal.

(O Proac uma das modalidades do Programa de Ação Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e funciona por meio de incentivos fiscais. O projeto aprovado recebe autorização para captar patrocínio junto a empresas que depois poderão descontar o valor desse investimento do ICMS devido. Os valores aprovados para captação podem chegar a R\$ 1,5 milhão.*

*(**) O incentivo fiscal é um dos mecanismos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei Rouanet (8.313/1991). É uma forma de estimular apoio da iniciativa privada ao setor cultural. O proponente apresenta uma proposta cultural ao Ministério da Cultura (Minc) e, caso seja aprovada, é autorizado a captar recursos junto às pessoas físicas pagadoras de Imposto de Renda (IR) ou empresas tributadas com base no lucro real para a execução do projeto. O apoio a um determinado projeto pode ser revertido no total ou em parte para o investidor do valor desembolsado deduzido do imposto devido, dentro dos percentuais permitidos pela legislação tributária. Para empresas, até 4% do imposto devido; para pessoas físicas, até 6% do imposto devido.*

4) História preservada

Valorizar o passado, para ter um futuro melhor e entender o presente. Este é um dos pontos que precisam fazer parte de uma política pública em Ribeirão Preto.

A prefeitura de Ribeirão Preto mostrou nos últimos anos total ineficiência quando o assunto foi preservação do patrimônio. Casarões históricos, a Estação do Barracão, a Cianê-Matarazzo e os Museus: Histórico e do Café sofrem com a falta de intervenções do poder público.

A Secretaria da Cultura precisa ser o indutor de uma política pública para preservação do patrimônio histórico/cultural de Ribeirão Preto, com a parceria com a iniciativa privada e elaboração de propostas junto à Central de Projetos a ser implantada em 2016 na Prefeitura de Ribeirão Preto.

Ações e estratégias

- Utilizar, de forma frequente, o Teatro de Arena para atividades culturais, tornando o seu entorno, no alto do Morro de São Bento, um pólo de múltiplas atividades culturais a serem realizadas mensalmente
- Instalar no Teatro de Arena Cobertura retrátil
- Utilizar critérios técnicos para escolha dos vencedores de editais culturais, com avaliação de uma bancada técnica
- Descentralizar as ações e equipamentos culturais para os bairros e áreas de risco social
- Promover ações conjuntas entre o esporte, a educação e a cultura
- Promover políticas públicas articuladas e transversais para a proteção do patrimônio cultural, reconhecendo-o como elo indispensável entre o passado, o futuro e o presente
- Ampliar a oferta de atividades de formação cultural nos centros culturais da cidade
- Garantir acessibilidade das pessoas com deficiência aos eventos oferecidos
- Contribuir para a formação de novos artistas
- Implantar um núcleo de projetos para fortalecer as fontes de receitas por meio de leis de incentivo à cultura
- Valorizar o acesso à ópera, música clássica e ao Theatro Pedro II

Esporte: diagnóstico:

Uma sociedade mais humana também passa pelo esporte. Mas, em Ribeirão Preto, o poder público não consegue oferecer uma rede de atividades satisfatória. Oferece, na verdade, uma série de frustrações à população.

- Nomeações políticas para cargos técnicos
- Deterioração da Cava do Bosque
- Pequena oferta de espaços para a prática esportiva
- Falta de recursos e projetos
- Falta de profissionais para orientação em espaços públicos

Falar de Secretaria de Esportes, hoje, é sinônimo de nomeações por acordo político e estruturas deterioradas. O que funciona na área esportiva é graças ao bom trabalho, feito de forma isolada, por profissionais que buscam recursos por meio de projetos do Estado ou da União. Ribeirão precisa de uma política pública voltada ao esporte.

1) Fim de acordos políticos

A Secretaria de Esportes precisa atender a população em suas várias faixas etárias, de forma eficiente, econômica e racional. Para isso, entre outras medidas, é necessário romper velhos acordos políticos. Cargo técnico precisa ser preenchido com base na qualificação do profissional.

2) Cava do Bosque

O principal espaço do esporte de Ribeirão Preto, a Cava do Bosque, hoje sofre com a falta de atenção. A pista de atletismo não consegue mais receber nem mesmo os atletas amadores – pelos buracos e placas soltas. A quadra do Ginásio Gavino Virdes não pode receber partidas oficiais de modalidades como futsal e handebol, por exemplo, já que não possui medidas oficiais.

Voltar a transformar a Cava do Bosque no coração do esporte de Ribeirão Preto passa pela descentralização de algumas atividades, captação de recursos e a formação de um quadro qualificado de profissionais.

Com a descentralização, a Cava pode se transformar em um centro de alto rendimento e desempenho. Em paralelo, a Prefeitura de Ribeirão Preto, em parceria com a iniciativa privada, deverá buscar recursos para a construção de um Centro Municipal de Esportes Olímpicos.

3) Esporte por todas as regiões

A prefeitura deixa de utilizar ferramentas esportivas que poderiam mudar o cenário em diversas regiões. A Estação do Alto, no Quintino Facci, tem uma piscina abandonada, que poderia ser recuperada com baixo investimento e poderá atender pelo menos 120 crianças.

Outro exemplo é o Grecorp (Grêmio Recreativo Cohab), na rua Arnaldo Vitaliano. Tem quadra coberta, piscina, vestiário e até sauna. Está fechado e abandonado.

Hoje, por exemplo, as vagas para projetos de natação em Ribeirão Preto acabam poucas horas após serem abertas.

A falta de integração entre as Secretarias também prejudica que a população tome por hábito praticar esportes. Hoje, as escolas não são utilizadas para a difusão do esporte. Nem mesmo estruturas subutilizadas ficam à disposição da prática esportiva dos alunos – grande exemplo é a Cemei João Gilberto Sampaio, que tem uma piscina que é utilizada poucas horas por dia.

Os pouco mais de 40 campos e quadras que estão sobre a tutela da Secretaria de Esportes também são retrato do descaso - falta estrutura ou mesmo de recursos humanos.

4) Investimento estagnado

Ao passar dos anos, os gastos com a Secretaria de Esportes ficaram no mesmo patamar. Ou seja, não houve investimento de fato na área, salvo a promessa de medidas pontuais e eleitoreiras.

Enquanto o orçamento direto da prefeitura cresceu, a fatia do bolo destinado ao esporte caiu:

ANO	2010	2015
ORÇAMENTO DIRETO	R\$ 1,3 bilhões	R\$ 1,9 bilhões
SEC. ESPORTES	R\$ 7,4 milhões (0,7% do total)	R\$ 7,9 milhões (0,4% do total)

Além disso, em cinco anos, a Prefeitura rompeu com promessas e deixou de investir mais de R\$ 18 milhões no Esporte. Com isso, até mesmo atraso em compromissos determinados por Lei, como o Bolsa Atleta, ocorreu.

Ano	Verba	Suplementação	Valor Anulado	Valor Destinado	Valor Utilizado	Sobra anual
2010	R\$ 7,4 milhões	R\$ 3,42 milhões	R\$ 1,82 milhão	R\$ 8,99 milhões	R\$ 7,4 milhões	R\$ 1,4 milhão
2011	R\$ 7,67 milhões	R\$ 9,53 milhões	R\$ 1,78 milhão	R\$ 15,42 milhões	R\$ 7,99 milhões	R\$ 7,42 milhões
2012 (*)	R\$ 12,24 milhões	R\$ 1,8 milhão	R\$ 2,29 milhões	R\$ 11,82 milhões	R\$ 8,36 milhões	R\$ 3,46 milhões
2013	R\$ 11,27 milhões	R\$ 1,49 milhão	R\$ 2,03 milhões	R\$ 10,7 milhões	R\$ 8,8 milhões	R\$ 1,8 milhão
2014	R\$ 11,49 milhões	R\$ 712 mil	R\$ 1,1 milhão	R\$ 11 milhões	R\$ 8,23 milhões	R\$ 2,81 milhões
2015	R\$ 9,5 milhões	R\$ 1,5 milhão	R\$ 1,3 milhão	R\$ 9,69 milhões	R\$ 7,9 milhões	R\$ 1,7 milhão

() O governo só sinalizou aumentar os recursos a partir de 2012, ano eleitoral.*

O fato ocorreu por conta do projeto Governo nos Bairros, no qual a população solicitou várias reformas de campos e espaços esportivos nos bairros, além da instalação de academias ao ar livre.

Porém, como a CEE do Governo nos Bairros mostrou, quase nada saiu do papel. São mais de 150 projetos, em diversas áreas, que não foram realizados.

5) Orientação adequada

Nos últimos anos, Ribeirão Preto ganhou diversas academias ao ar livre – são 41- quase a metade delas foi instalada por meio de parceria com a iniciativa privada.

Porém, os espaços não contam com nenhum tipo de projeto específico, como a disponibilização de profissionais para orientação de grupos que querem fazer exercício – o problema poderia ser solucionado com parceria com universidades de Ribeirão Preto, onde os alunos de Educação Física poderiam fazer estágio, por exemplo. Isso, sem contar a falta de manutenção.

A Secretaria de Esportes ainda precisa firmar parcerias para viabilizar a presença de profissionais para orientar a população e promover atividades em parques e praças da cidade.

Esportes olímpicos – captação de recursos

Ribeirão Preto tem tradição em diversos esportes olímpicos (foi capital do vôlei e do basquete) e já teve grandes nomes do esporte (Fernanda Venturini, Gustavo Borges e Nicholas Santos). Hoje, conta com a melhor equipe de ciclismo do País e uma das melhores do caratê, além de jovens talentos que brilham nas categorias de base do judô, entre outros esportes.

Porém, a participação do Poder Público é quase zero nas conquistas esportivas. E quando se fala em participação, o foco não é colocar dinheiro nestas modalidades – é preciso fazer a iniciativa privada destinar os valores dos impostos estaduais e federais para o esporte. Para isso, é preciso recuperar a credibilidade da prefeitura e montar uma Central de Projetos.

O que dá certo hoje no esporte depende da iniciativa de profissionais das diversas áreas, feita de forma isolada. Montar a Central de Projetos, com profissionais gabaritados, é necessário para a captação de recursos e a elaboração de projetos, tendo em vista as leis de incentivo estadual e federal que existem.

A equipe de ciclismo e até mesmo a Ciclofaixa (que recebe até 5 mil pessoas aos domingos) só têm sucesso por conta de leis de incentivo do Estado e uma parceria com a Federação Paulista de Ciclismo.

O judô de Ribeirão Preto também não depende do Executivo, já que também existem incentivos aprovados. O basquete feminino, que disputa o Campeonato Paulista, é outro que teve um projeto viabilizado. Tudo isso, sempre de forma isolada, dependendo do interesse e qualificações de cada profissional.

É preciso ter um núcleo para que mais projetos sejam aprovados pela Secretaria do Estado, por exemplo. Na Lei Estadual, as empresas podem destinar até 3% do ICMS para projetos que receberam a aprovação. Ressalte-se, se a empresa não escolher um projeto para apoiar, o recurso possível vai para o Governo do Estado.

Com os projetos, as empresas também saem ganhando com a exposição da marca – em camisetas, bonés, coletes, entre outros. Além disso, a prestação de conta dos valores repassados não fica sob responsabilidade da empresa que faz o repasse.

Na Lei Federal, até pessoa física pode ajudar os projetos – 6% do Imposto de Renda. Pessoa jurídica pode deduzir até 1% do imposto de renda devido.

Propostas e estratégias para os Esportes

- Aumentar a participação de crianças e adolescentes na prática esportiva fazendo a integração entre a Secretaria de Esportes e a Secretaria de Educação.
- Garantir o acesso da população dos bairros aos centros esportivos, oferecendo acesso integral à prática esportiva
- Recuperar equipamentos esportivos, fazendo as revitalizações necessárias para garantir atividades poliesportivas
- Intensificar e ampliar ações da Secretaria de Esportes nos Centros Esportivos, com escolinhas de várias modalidades
- Colocar fim à prática de nomeação política para cargos técnicos da Secretaria de Esportes
- Garantir que os campos e quadras dos bairros tenham escolinhas esportivas funcionando, com profissionais qualificados
- Aumentar a participação da população em geral na prática da atividade física voltada para a saúde e qualidade de vida, observando-se todas as faixas etárias e gêneros
- Aumentar as opções de lazer através do esporte com a disponibilização de quadras desportivas, campos de futebol, ciclovias, dentre outras
- Assegurar ampla participação dos portadores de necessidades especiais e garantir equipamentos adequados
- Fomentar o desenvolvimento científico dos recursos humanos, através de materiais didáticos, Cursos de Extensão, Especializações e Mestrado
- Aumentar os níveis de atividades físicas da população em geral, inclusive idosos, ampliando a oferta de espaços e instalações para atividades físicas na cidade
- Integrar a atividade física com ações de saúde da família e em grupos específicos (aos idosos, diabéticos e outros)

- Implantar um núcleo de projetos (subordinado à Central de Projetos da Secretaria de Governo) para captação de recursos por meio das Leis de Incentivo ao Esporte (Estadual) e a Lei Federal de Incentivo ao Esporte
- Recuperar as academias ao ar livre e buscar parcerias com as universidades para que monitores de educação física auxiliem os usuários

III - eixo operacional estruturante

Bens Naturais Comuns

Planejamento e Desenho Urbano: Urbano e Regional Metropolitano

Melhor Mobilidade, Menos Tráfego

Bens Naturais Comuns

1. Aquífero Guarani

O Município de Ribeirão Preto tem uma importância estratégica na proteção do imenso manancial do Aquífero Guarani por ser uma de suas áreas de recarga. Essa benesse natural de enorme extensão -pois abrange todo o Sul do Brasil e áreas contíguas de países vizinhos como porções do Uruguai, da Argentina e do Paraguai- tem sido ameaçada por intensa exploração como é o caso de Ribeirão Preto que há várias décadas toda a população urbana é abastecida com as suas águas de excepcional qualidade. Possíveis contaminações como antigas áreas de deposição de lixo, como são os casos de antigos lixões na margem da Rodovia Abrão Assed e áreas dos bairros Juliana e do Presidente Dutra ou de atividades industriais e agrícolas merecem a máxima atenção do Poder Público. Nada tem sido feito para conter esses riscos, sequer o monitoramento dessas áreas.

É imperativo que a Secretaria de Meio Ambiente, associada ao DAERP – Departamento de Água e Esgotos- e o DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica- realize o acompanhamento das possíveis contaminações já ocorridas e impeça que novos empreendimentos venham a comprometer o aquífero, além de traçarem metas de eliminação de desperdícios e perdas de água que chegam a níveis escabrosos, por má gestão e ineficiência. Por ser o órgão responsável pela maior captação de água subterrânea, o DAERP, necessariamente, necessita de um “*choque de gestão*” que venha a minimizar perdas através de sua modernização e automação, além de implementar sistemas de eficiência energética. Para isso, segue o Plano de Sustentabilidade.

PLANO DE SUSTENTABILIDADE PARA O DAERP – Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

DIAGNÓSTICO:

ÁGUA

Órgão de importância vital para o Município, o DAERP tem acumulado problemas de gestão, além de não ter sido modernizado. Opera, no mais das vezes, como o fazia há décadas atrás, sem ter levado em conta a enorme transformação ocorrida nos sistemas operacionais, inclusive na área de sua atuação. Por isso, é o principal exemplo de INSUSTENTABILIDADE. Senão, vejamos:

O Ministério das Cidades elenca um conjunto de problemas que afetam o setor de Saneamento Básico. Nos itens referentes ao Abastecimento de Água destacam-se os elevados índices de perdas de água e permanente desperdício de energia elétrica ocorrentes na atividade. Infelizmente, o DAERP incorre em todos os itens apontados, a saber:

- Grandes perdas de água por vazamentos nas redes e em ramais;
- Deficiências nos controles de vazamentos;
- Deficiências na gestão de infraestrutura;
- Prevalência da manutenção corretiva em detrimento da preditiva e preventiva;

- Deficiências de setorização dos subsistemas e da falta de controles de pressão adequados (falta de válvulas de controle de pressão);
- Mau dimensionamento dos equipamentos elétricos e eletromecânicos que operam fora do ponto de rendimento ideal;
- Má utilização da capacidade de reserva, impedindo a racionalização e redução da demanda no horário de pico ou de ponta;
- Precariedade do controle operacional, expressa na ausência de equipamentos de medição de parâmetros elétricos e hidráulicos, telemetria e sistemas supervisórios, quer dizer, falta de sistema de automação.
- A redução de pressão nas tubulações não é feita pelo órgão, embora seja uma tecnologia usualmente empregada pelas empresas de saneamento para a redução de perdas de água.
- O avanço dos equipamentos hidráulicos e da transmissão de dados permite acompanhar em “tempo real” o volume de água utilizada em uma determinada região e calibrar remotamente a pressão existente na tubulação local, fazendo reduzir a quantidade de água perdida em vazamentos ou em fraudes.
- Há que se propiciar a expansão da estrutura operacional existente, além da busca de novas fontes que permitam a ampliação da oferta de água.

Em resumo, o que espelha a gravidade da situação que se torna insustentável, o DAERP não possui um Centro de Controle Operacional –CCO- que possua informações operacionais

suficientes e em tempo real dos parâmetros hidráulicos, elétricos e químicos dos seus sistemas de abastecimento de água para atender os seguintes quesitos:

1) QUANTIDADE:

Inexiste, em tempo real, informação confiável de quanto é retirado do Aquífero Guarani, por não haver controle da quantidade de água que é captada, nem da que é tratada com dosagem adequada de agentes químicos e distribuída no atendimento à demanda da população. Fato que demonstra a sua situação insustentável.

PERDAS DE ÁGUA:

Volume de Água Produzido: 120.000.000 de metros cúbicos por ano

(volume estimado por não haver nenhum sistema de macromedição).

Volume de Água Faturado: 52.000.000 de metros cúbicos por ano

(dado também estimado por micromedição parcial)

Volume de Água não-Faturado (“perdas”): 68.000.000 de metros cúbicos por ano (em torno de 57%).

Nota:

(valores subestimados por não haver medições confiáveis)

Dessa forma, temos que:

O volume de água não-Faturado (“perdido”) alcança os referidos 68.000.000 de metros cúbicos por ano (57%) se referidos ao custo da água produzida na razão de R\$ 1,65 o metro cúbico tem-se uma despesa anual com “perdas de água” que alcança vultosos R\$ 112.000.000 –cento e doze milhões de reais por ano-

POTENCIAL DE RECUPERAÇÃO DAS PERDAS: 30% QUE VIRIA A GERAR UMA ECONOMIA ANUAL DE:

R\$: 33.600.000 (trinta e três milhões e seiscentos mil reais).

2) QUALIDADE:

Apesar da reconhecida qualidade da água filtrada por décadas nas rochas porosas do Aquífero Guarani, o órgão deve obedecer aos padrões exigidos pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária – por conta de possíveis contaminações no processo de extração e de distribuição. Recentemente, houve notificação de baixa concentração de flúor na água, por falta de processos automáticos de equalização.

Despesa anual com produtos químicos: R\$ 3.000.000 (três milhões de reais por ano)

Potencial de medidas de eficiência energética: 5%, gerando uma economia anual básica de R\$ 150.000 (cento e cinquenta mil reais).

3) CONTINUIDADE:

Tem sido muito comum a intermitência da continuidade do abastecimento de água para a população devido, principalmente, aos danos nas tubulações, seja pela antiguidade das redes ou pela má qualidade dos materiais utilizados. Os problemas são detectados e informados pelos Municípios, por não haver a utilização de detecções sensoriais modernas e, por conseguinte, não há nenhum controle do tempo gasto para sanar os problemas.

4) CONFIABILIDADE:

Ponto crucial de gestão pública do abastecimento de água: o DAERP não dispõe de informações das variáveis que influem no seu processo, seja de macromedição, micromedição, perdas aparentes, perdas reais e muito menos de eficiência energética (KWh/m³ – o quanto de energia é gasta para bombear cada metro cúbico de água-).

5) EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:

As bombas extratoras funcionam ininterruptamente, o que é causa de desgaste permanente. Não têm sido utilizados nem processos mais eficientes de reservação, condição de economia de gasto energético nos períodos de menor demanda e muito

menos o uso de fontes alternativas e limpas, como é o caso da co-geração de energia pela utilização de placas fotovoltaicas que reduziria a menos de um terço o consumo e o consequente gasto de energia pago à distribuidora.

Despesa anual de Energia Elétrica: R\$ 70.000.000 – setenta milhões de reais por ano.

Potencial de Medidas de Eficiência Energética: 10%

Economia anual prevista: R\$ 7.000.000 – sete milhões de reais por ano. (*)

(*) a utilização de energia alternativa (fotovoltaica) nos 105 poços irá potencializar esse número, progressivamente, pois deverá ser implantada em prazos estendidos.

SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA

Numa decisão inusitada, inclusive na contramão da tendência mundial, até mesmo das decisões do Tratado de Paris (amplamente discutido na capital francesa no final de 2015 que culminou com a sua assinatura de 175 Chefes de Estado em Nova York em Abril de 2016) o Governo Brasileiro vetou “o uso de sistemas e tecnologias visando a inserção de geração de energias renováveis na matriz elétrica brasileira”, no Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019. A justificativa dada pelos órgãos oficiais ouvidos é ainda mais surpreendente ao afirmar que “... a proposta prejudicaria a expressão da política pública, a organização do planejamento e da atuação governamental prevista na estrutura programática do Plano.” A única ilação plausível advém do fato de que as chamadas energias renováveis não exigirem obras monumentais, nem orçamentos bilionários, tão a gosto de grandes empreiteiras.

Como Ente Federativo que é nada impede que o Município decida adotá-las. Excluída a energia eólica –gerada pelos ventos, escassos em nossa região- a energia solar elétrica, através da micro-geração fotovoltaica é uma alternativa altamente viável, por conta da intensa insolação da região Nordeste do Estado de São Paulo, onde se localiza o nosso Município.

Por conta disso, será elaborado um Plano de Implantação, a partir de um Piloto por segmento de atuação dos serviços públicos: nos poços de extração de água; nas Escolas Municipais; nas unidades de Saúde; vindo, progressivamente, a atingir os demais prédios públicos, sem que sejam necessárias mudanças expressivas na infraestrutura existente.

Esse Plano inovador será o primeiro a ser implantado por um Município brasileiro, à semelhança do que fazem centenas de cidades europeias, asiáticas e norte-americanas.

A energia solar elétrica ou fotovoltaica é uma produção eletro-solar que utiliza células que convertem energia luminosa em eletricidade que possui as seguintes vantagens fundamentais:

- Não consome combustível
- Não polui nem contamina o ambiente
- É silenciosa
- Tem uma vida útil superior a 20 anos
- É resistente a condições climáticas externas: granizo, vento, temperatura ou a umidade
- Não possui peças móveis, daí exigir pouca manutenção, a não ser a limpeza periódica dos painéis modulares
- Permite aumentar a potência instalada por meio de incorporação de módulos adicionais

- Pode funcionar de forma independente ou combinada com sistemas de produção elétrica convencional

A implantação segmentada nos diferentes tipos de serviços públicos, com a progressividade necessária que evite investimentos vultosos, levará a uma redução dos custos públicos de energia. Esses ganhos, literalmente investidos no Plano, darão o necessário suporte financeiro geridos em conta específica na contabilidade municipal.

Exemplo categórico de uso de tecnologia inovadora na busca de condições de sustentabilidade, econômica, social e ambiental.

6) EFICIÊNCIA GESTIONÁRIA:

Não existe uma cartografia das redes de abastecimento, nem sequer em uma base física. Fica-se a depender da memória de funcionários mais antigos que as conhecem. Num período de seis meses todo esse levantamento poderá ser feito e, em seguida, transferido para uma base digital, condição fundamental para o pleno funcionamento do CCO – Centro de Controle Operacional. Essa medida, aliada aos mecanismos propostos de Eficiência Energética, levará o DAERP a encontrar a sua plena e completa SUSTENTABILIDADE, econômica, operacional e, notadamente, ambiental, na gestão responsável do manancial enorme, mas finito, do Aquífero Guarani.

7) SISTEMA DE AUTOMAÇÃO:

A busca de eficiência máxima, através do dimensionamento e do diagnóstico da situação existente terá como abrangência:

Gerenciamento e Monitoramento:

- da MACROMEDIÇÃO
- da MICROMEDIÇÃO (integrado ao sistema da CODERP)
- da eficiência energética dos sistemas
- das ocorrências de campo (integrado aos sistema da CODERP)
- das equipes volantes
- da segurança das unidades

Essa modernização propiciará aos gestores e operadores executar e criar:

- condições básicas de controle/operação à-distância através do CCO – Centro de Controle Operacional
- o uso de tecnologia de *alta performance* e de última geração
- condições de facilidade de manutenção e minimização dos tempos de parada do sistema

- o eficiente controle operacional e gerencial
- mecanismos de comandos de operação, recursos de supervisão e controles otimizados de monitoração plena: controlabilidade e confiabilidade dos processos
- a busca permanente da qualidade da operação e a estabilidade funcional e produtiva dos sistemas de abastecimento
- parâmetros de controle hidráulico, elétrico e químico
- a revisão simultânea de parâmetros críticos
- a prática permanente de atualização de dados
- diagnósticos de avaliação permanentes
- relatórios constantes para fins operacionais e de manutenção
- a diminuição, de maneira considerável, de pessoal de operação e manutenção das unidades
- alarmes para situações de anormalidade
- a modulação e flexibilidade para futuras expansões

- conectividade com outros sistemas próprios e/ou corporativos
- tarefas de controle, monitoração e simulação de forma simultânea
- o órgão terá de dispor da tecnologia que mapeia as instalações subterrâneas, denominada de SIGNOS – Sistema de Informações Geográficas no Saneamento. Instrumentação que funciona com um Banco de Dados da Autarquia, que deverá conter um mapa digital das estruturas de saneamento que são rastreadas pelo uso complementar, o GPS NTRIP. Ambas, permitirão o conhecimento da localização dos imóveis atendidos e quais serão afetados quando de uma intervenção. Juntas, podem gerar dois milhões de documentos registrados.
- O Sistema SIGNOS funciona como uma interligação de informações, acessível a todos os funcionários que o utilizam dentro e fora da Empresa, atualizado, diariamente, a partir do PDA (computador de dimensão reduzida) tornando as informações seguras e precisas, o que permite realizar serviços em menor tempo e da melhor maneira.
- O maior benefício dessas tecnologias associadas é a precisão nas informações no local onde está cada instalação da Empresa, além de auxiliar na correção rápida e remota da informação (caso uma válvula procurada e encontrada em um local diferente do que foi registrado no sistema, o técnico atualiza o dado à distância (–via satélite-)

INVESTIMENTOS E POTENCIALIDADE DE GANHOS

Segundo os inúmeros levantamentos realizados, os ganhos de eficiência e de economicidade são, absolutamente, viáveis. Os investimentos necessários, da ordem de R\$ 25.000.000 –Vinte e cinco milhões de reais- serão duplamente auferidos já ao término da implantação dessas medidas que possuem diferentes complexidades tecnológicas e de execução, que vão desde a pesquisa e a correção dos milhares de vazamentos, a substituição de hidrômetros, a redução da pressão nas redes, a substituição de conjuntos de motobombas (*), a substituição de redes envelhecidas e/ou danificadas, dentre outras.

() Muitos dos poços, reservatórios e Casas de Máquinas estão mal dimensionados, desde os equipamentos elétricos quanto as bombas de recalques, causando custos diretos nas contas. Uma “bomba submersa” mal dimensionada pode utilizar cabos fora das especificações técnicas que aumentam o consumo e diminui a vida útil desses materiais. O problema atinge pelo menos 60% dos poços e máquinas.*

A plena viabilização dessas medidas de gestão exigirá que a equipe de operação do DAERP tenha o pleno conhecimento das variáveis e dos parâmetros que intervêm na quantidade, qualidade, confiabilidade e dos custos da água produzida e distribuída à população. Para que isso aconteça, de maneira paralela, haverá uma permanente capacitação de recursos humanos, em todos os aspectos que envolvam, além do preparo técnico, o envolvimento motivacional, pois uma estrutura antiquada e pouco eficiente será substituída por uma nova concepção de gestão pública da água.

ESGOTOS

O esgotamento sanitário do Município encontra-se em regime de Concessão Pública desde 1.996. Segundo informações publicitárias do próprio DAERP, a Empresa concessionária dá conta de tratar 98% do volume realmente coletado, mas sonega a informação do que não é coletado. Sabe-se que extensas áreas como frações da região Leste, além do eixo urbano da Via Anhanguera e da região Sul, onde existem, em ambas, dezenas de Condomínios Residenciais desatendidos, faltam emissários que os esgotem. Nelas, ainda existem fossas sépticas quando não mesmo fossas negras, o que é um potencial grave de contaminação. Além de alguns problemas pontuais espalhados pela malha urbana que devem ser resolvidos.

Há que se abrir uma renegociação com a Empresa Concessionária para que se estabeleça um Plano de Obras que resolva de maneira definitiva o problema, mesmo que demande prazos compatíveis com a atual situação econômica do país. O que não se pode fazer é alardear números que não tenham correspondência com a realidade. O Instituto Trata-Brasil e seus congêneres deverão ter participação efetiva na busca de padrões de excelência e de transparência exigidos pela qualificação plena nesse item fundamental de todo e qualquer desenvolvimento humano.

Os novos e complementares emissários que deverão ser implantados a partir de uma lógica de atendimento geográfica e ambiental previstas em um Plano Diretor a ser elaborado pelas equipes técnicas, mediante uma negociação de viabilidade temporal entre o DAERP a Empresa Concessionária. Essas

medidas serão tomadas já nos primeiros seis meses de governo. A meta de chegar aos reais 100% de atendimento deverá ser alcançada já nos primeiros dois anos, contados a partir da finalização do Plano Diretor, com as interligações devidamente feitas.

Na maioria das vezes, o esgoto não tratado contém muitos transmissores de doenças, microorganismos, resíduos tóxicos e nutrientes que provocam a proliferação de bactérias, vírus ou fungos. Daí, a importância do tratamento para a saúde pública e o meio ambiente.

Outro item que não tem recebido a devida atenção é a ausência de ações e tecnologias que objetivem o reuso da água, a partir dos efluentes gerados no tratamento de esgotos, sejam para fins industriais, refrigeração de equipamentos e demais aplicações não potáveis.

Este conjunto de medidas propiciará a atualização do DAERP, por décadas condenado à inércia de fazer o obsoleto ou ultrapassado, em total alheamento da evolução tecnológica.

2. Praças e Parques Públicos

Existem centenas de Praças Públicas não urbanizadas. E mesmo dentre as que já o foram, há um abandono generalizado. O Departamento de Parques e Jardins está esvaziado e os seus funcionários desmotivados por não terem o devido reconhecimento da Administração.

A situação dos Parques Públicos não é diferente. Exceção feita aos localizados na área central, o do Morro de São Bento, Luís Carlos Raya e Prefeito Luiz Roberto Jabali, o Curupira, os demais se encontram abandonados. Mesmo o Roberto Genaro, situado

na Avenida Santa Luzia, está desativado há meses, sem que nenhuma providência tenha sido tomada para o uso contínuo da população do entorno.

Um levantamento completo deverá ser providenciado já nos primeiros noventa dias de Governo, acompanhado de medidas pertinentes ao uso efetivo desses importantes sítios de convivência dos Munícipes.

3. Remanescentes de Vegetação

Dos principais remanescentes de vegetação natural, o do Bosque ou Morro do São Bento é municipal, a Unidade de Conservação da Mata de Santa Tereza é estadual e a Mata da USP pertence àquela Universidade.

O do Bosque ou Morro de São Bento acha-se comprimido pela cidade, mas, felizmente, o seu rico manto vegetal está protegido. A Mata de Santa Tereza, sítio ameaçado pela especulação imobiliária tem sido ameaçada por incêndios, acidentais ou criminosos, o mesmo acontecendo com a Mata da USP.

É extremamente importante que o Município estabeleça parcerias com o Governo do Estado e a Administração da Universidade para que esse valioso patrimônio natural seja devidamente preservado.

4. Nascentes

O Plano de Microdrenagem, contratado pela Municipalidade, detectou a existência, em que peses a ocupação desordenada do território, centenas de nascentes. O fato, louvável em si, não veio acompanhado de nenhuma ação efetiva para protegê-las. A Secretaria de Meio Ambiente deve fazê-lo em função da crise hídrica que nos afeta a todos.

5. Queimadas Urbanas

Embora sejam proibidas, não há nenhuma efetividade na fiscalização dessa prática nociva que causa inúmeros transtornos à população, mormente no aumento dos casos de doenças respiratórias. Deverão ser objeto de penalização rigorosa, até que seja eliminada.

6. Matas Ciliares

Os rios que cruzam a cidade encontram-se, literalmente, desprotegidos, com suas matas ciliares que os margeiam, inteiramente devastadas. Duas Leis Municipais estabeleceram, há mais de uma década, a implementação de Consórcios Intermunicipais: com a cidade de Cravinhos por conta do córrego “Ribeirão Preto” que nasce no centro daquela cidade, ainda não completado o seu sistema de tratamento de esgotos, incúria que não constou da implantação do mesmo sistema em nossa cidade; com as cidades de São Simão, Cravinhos e Serrana, por conta do rio Tamanduá que percorre o território de todas, desaguando no Rio Pardo em Ribeirão Preto.

Planejamento e Desenho Urbano:

Urbano e Regional Metropolitano

O Plano Diretor da cidade de Ribeirão Preto, formulado em 1.994, continha linhas mestras do desenvolvimento urbano. Revisões incompletas e a ausência e a não proposição de suas Leis Complementares lançou-nos num vazio regulatório.

Interesses privados especulativos dele se aproveitam, sob o vexatório silêncio do Poder Público.

A malha urbana se estendeu privilegiando vetores de crescimento que denunciam a especulação. O privilégio dado ao vetor Sul supervalorizou toda a região vindo a atingir o Distrito de Bonfim Paulista. Isso gerou uma cidade fragmentada: enquanto existem padrões europeus e norte-americanos de um lado, moderno e dinâmico, as demais regiões pela ausência de investimentos públicos e privados mantiveram-se defasadas, temporal e espacialmente.

Pela ausência de um planejamento adequado, algo como que um *apartheid urbano* foi produzido, senão incentivado, sem que medidas corretivas fossem tomadas.

Nas últimas décadas o Quadrilátero Central -antes dinâmico e pulsante- foi esvaziado, desvalorizado e degradado. Algumas intervenções desastradas como a do Calçadão -ao invés de promover o seu renascimento- aumentou a sua perda de importância.

As regiões Norte, Oeste e um tanto menos a Leste foram preteridas, ao ponto de uma população de dezenas de milhares de pessoas que habitam os bairros do Complexo Ribeirão Verde se tornaram quase desconectadas por falta de acesso, comprimidas que estão pela Rodovia Anhanguera e pela falta de vias de comunicação com o restante da malha urbana.

Várias cidades, então, se justapõem. Uma, assemelhada a *urbes* de médio porte dos Estados Unidos. As outras, num gradiente que decresce são parecidas a qualquer cidade mal tratada e mal cuidada. Esse desequilíbrio é visível a qualquer que se disponha a percorrer a malha urbana com olhos críticos.

Na área nobre proliferaram dezenas de condomínios fechados à moda californiana, onde o discurso predominante em favor de uma maior segurança encapsulou os mais abastados, formando um deprimente quadro próprio da *antidade*. Onde a *polis* do convívio, do pertencimento a um lugar, a *civitas*?

No Projeto de Cidade que queremos, e todos senão a maioria há de querer, esses desequilíbrios devem ser enfrentados, corrigidos e, substancialmente, melhorados. As Metas propostas ao final visam alterar o injusto quadro aqui descrito.

Vazios Urbanos

No interior mesmo da malha urbana existem vazios especulativos para os quais não há qualquer plano de intervenção pública, notadamente pela desatenção ao que preconiza o Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257/2.001.

A ex-Presidente da Associação Mineira de Municípios, Prefeita Adriene Barbosa, quando de sua edição assim se expressou:

“O Estatuto da Cidade, pelos seus instrumentos e sua filosofia participativa, é um instrumento que pode levar a cabo uma verdadeira revolução urbana. Seguramente buscará evitar a exclusão social e as segregações sociais. Com a nova Lei, refloresce a autonomia municipal e ganha corpo o direito urbanístico. (...) Dentre as vantagens, destaco a definição e a concretude da função social da propriedade urbana, a proscrição da especulação imobiliária e a certeza de que quem determina o crescimento da cidade não são os construtores e incorporadores, mas o poder público municipal, com a participação efetiva da coletividade na política de ocupação do solo urbano.”

Ribeirão Preto caminhou em sentido inverso. Cumpre restaurar o rumo.

E o rumo é claro, a partir de alguns pressupostos: o interesse coletivo está acima do interesse individual ou de grupos; cada cidadão é responsável

pela melhoria da cidade e, democraticamente votado na Câmara de Vereadores cabe e vale o que estiver definido no Plano Diretor e das Leis que vierem a regulamentá-lo, sem tergiversações.

Instrumentos de Combate à Retenção Especulativa de Terras

- .parcelamento, edificação ou utilização compulsórios
- .Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo
- .desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública
- .direito de superfície
- .direito de preempção

Instrumentos de Melhoria dos Benefícios e dos Ônus de Urbanização

- .outorga onerosa do direito de construir (solo criado)
- .operações urbanas consorciadas
- .transferência do direito de construir
- .estudo de impacto de vizinhança

Instrumentos de Regularização Fundiária e Urbanização de Áreas Ocupadas por População de Baixa Renda

- .usucapião especial de imóvel urbano
- .usucapião coletivo

A esses instrumentos se somam diversas normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificação, sempre

levando em consideração a situação socioeconômica dos moradores e a necessária proteção dos recursos ambientais.

Exemplos locais de possíveis operações urbanas e concessões

1. existe um enorme vazio urbano desde o Bairro da Lagoinha até alcançar a Via Norte, nas margens do Córrego do Tanquinho até o seu deságüe no Ribeirão Preto; nele caberia uma Avenida Perimetral, inclusive dotado de linha especial de ônibus articulado ou de um Veículo Leve Sobre Trilhos – VLT.
2. continuidade da Avenida Leão XIII, desde a rotatória onde está localizado o Supermercado Tonin até a Avenida Barão do Bananal, desafogando o tráfego pela Rua Niterói e o estrangulamento dos Bairros Vista Alegre e da Lagoinha
3. prover de acesso adequado o Complexo Ribeirão Verde
4. municipalizar 32 km de remanescentes de vias ferroviárias desativadas que podem conter linha de ônibus coletivos articulados ou Veículos Leves Sobre Trilhos, caso seja possível a sua viabilidade econômica
5. concessão por vinte anos de todo o serviço de limpeza pública e recolhimento de lixo doméstico em formas modernas de geração de energia elétrica, acompanhado de profissionalização e inclusão econômica de todos os catadores

No Plano de Grandes Metas (vinte, ao todo) estão colocadas outras propostas que só se viabilizarão por meio da execução dos instrumentos contidos no Plano Diretor, fundado no Estatuto da Cidade.

Habitação Popular e Favelamento

A supervalorização da terra é um fator que impede a satisfação das necessidades da demanda por habitação popular. Nos Programas existentes, as camadas mais necessitadas são menos atendidas. Por exemplo:

Programa *Minha Casa, Minha Vida* (período de 2009-2011) foram contratadas 5.700 unidades habitacionais, delas, apenas 1.464 para famílias de baixa renda, ou seja, 25% do total.

Programa *Minha Casa, Minha Vida* (período de 2011-2014) foram entregues 14.441 unidades habitacionais, sendo que delas 1.120 para famílias de baixa renda, pior ainda, 8% do total.

Interesses empresariais somados a uma ausência de uma Política Habitacional efetiva fazem da COHAB/RP um mero expectador de ações dos Governos estadual e federal. A sua transformação em uma Secretaria de Habitação permitirá que o atendimento à demanda por moradia popular seja mais eficiente, tornando a Prefeitura o principal gestor da questão.

Segundo o IPEA – Instituto de Políticas Econômicas e Aplicadas – há um déficit de quase dez mil moradias. O número tende a crescer por conta das migrações que acabam por invadir espaços públicos e privados, o que gera a proliferação de sub-moradias em favelas que já somam mais de trinta. A Prefeitura empreendeu cerca de vinte processos de reintegração de posse e não consegue conter o processo.

As indefinições de políticas públicas para o setor agravam o problema. As intervenções mais se parecem a ações de enxugar gelo. Um núcleo de favela é eliminado, outro surge nalgum lugar.

Uma Secretaria da Habitação – a ser criada no momento em que a situação financeira for reequilibrada – cumprirá o seu papel com a noção precípua do princípio constitucional de que a moradia é um direito do cidadão. Para isso, deverão ser criadas as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social que são obstadas pela retenção de terras urbanizáveis pela especulação imobiliária. Vazios urbanos e grandes áreas do entorno da cidade são retidos como reserva de valor e de caráter especulativo. São medidas necessárias, senão para resolver completamente a questão, ao menos para ordená-la com o fundamento irresponsável de ser um direito humano e a propriedade terá de cumprir o seu papel social. Democraticamente, a sociedade e o Poder Público deverão agir para o seu equacionamento.

Região Metropolitana

Contra todas as evidências físico-geográficas foi aprovada a Lei de criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, incluindo cidades próximas e outras nem tanto, num total de 34. O que temos é um aglomerado urbano.

Apesar disso, o aspecto positivo é o de que a região pode vir a ser planejada em seus fluxos e funções urbanas antes que a *metropolização* um dia venha a ocorrer.

A Municipalidade pode atuar em sintonia com a futura Agência Metropolitana, através da proposição de Convênios intermunicipais que envolvam questões de segurança, saúde, educação, meio ambiente, levando em consideração os Comitês de Bacias Hidrográficas do Pardo e do Mogi.

A “*cidade mãe*” metrópole nasceu antes de existir de fato, o que nos leva a considerar que ela venha a ter um parto normal e devidamente planejado.

Melhor Mobilidade, Menos Tráfego

Uma cidade que não para de receber carros e que foi planejada nas últimas décadas apenas para os carros e não para as pessoas. Esta realidade deixa Ribeirão Preto com enormes problemas de mobilidade urbana, uma vez que o transporte individual é priorizado em detrimento ao transporte coletivo.

Mudar o cenário do transporte coletivo é primordial para que Ribeirão Preto, literalmente, não pare. Nos últimos 10 anos, o número de veículos quase dobrou em Ribeirão Preto, segundo dados do DETRAN, divulgados em Junho deste ano. Atualmente, mais de 500 mil veículos (carros, motos, caminhões) circulam pelas ruas da cidade.

O número é reflexo da falta de planejamento para o setor. A única opção de transporte coletivo que Ribeirão Preto oferece é por meio de ônibus. Porém, estes veículos não conseguem atender de forma satisfatória os usuários, já que também sofrem com a falta de mobilidade, o que acarreta atrasos, e apresentam superlotação em algumas linhas.

Medidas emergenciais e de médio e longo prazo precisam ser implantadas de forma planejada.

Para poder solucionar os problemas de mobilidade que aumentam a cada dia, Ribeirão Preto terá que agregar novas

opções de transporte coletivo, aproveitando, inclusive, os trilhos abandonados pela cidade, que ainda mantém uma lógica de transporte que pode ajudar a pôr fim aos transtornos.

Os principais problemas que afetam a mobilidade urbana hoje são:

- Falta de opções do transporte público
- Congestionamento em ruas e avenidas importantes
- Falta de investimento na malha viária
- Mais segurança

1) Novas alternativas

O ribeirão-pretano que quer deixar o carro em casa só tem uma opção quando o assunto é transporte coletivo: ônibus urbano. É preciso aumentar a oferta, com novas opções.

Uma das alternativas é olhar para o passado, aproveitando os 32 km de ferrovia que foram abandonados com o passar dos anos. Ribeirão Preto precisa buscar alternativas, por meio de parcerias com o setor privado, para implantar o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) ou, então, a solução curitibana dos “articulados”.

Toda a lógica ferroviária pode ser aproveitada pelo poder público. É preciso se buscar parcerias com a iniciativa privada e recursos em outras esferas para colocar o projeto em prática.

2) Fiscalização do transporte

Uma medida urgente que precisa ser tomada pela Prefeitura de Ribeirão Preto é uma fiscalização mais rígida no transporte coletivo de Ribeirão Preto. O contrato com a concessionária previa uma série de investimentos que foram deixados de lado. A

CPI do Transporte, instalada na Câmara de Ribeirão Preto, mostrou que 18 itens do contrato de concessão eram descumpridos. Mesmo assim, a Prefeitura e a TRANSERP deixaram de tomar medidas efetivas para que a população não sofresse com a falta dos investimentos.

Hoje, a população sofre com a falta de plataformas e estações de embarque e desembarque que estão previstas no contrato, além da falta de cobertura de pontos de ônibus.

A TRANSERP precisa exigir o cumprimento do contrato e punir Consórcio em caso de prejuízos para a população.

3) Grandes congestionamentos

Com o grande número de carros que competem por um espaço nas ruas de Ribeirão Preto, as principais avenidas da cidade sofrem nos horários de pico. Até mesmo locais onde há poucos anos não havia grandes problemas, como a Avenida Maurílio Biagi, hoje sofrem com a falta de planejamento – o grande crescimento da zona Sul de Ribeirão Preto aumentou em demasia o tráfego na avenida.

Outras avenidas importantes, como a Independência, a Presidente Vargas, a Nove de Julho, a Dom Pedro, entre outras, também precisam de intervenções do poder público.

Para melhorar o cenário, é necessário se investir em planejamento e mudar o perfil da TRANSERP, que hoje se resume a fiscalizar o trânsito e determinar o aumento do transporte coletivo. É preciso que a TRANSERP funcione como uma empresa de engenharia de trânsito, para poder planejar e implantar mudanças estratégicas no trânsito de Ribeirão Preto, como proibição de estacionamento em avenidas, faixas exclusivas para

o transporte coletivo em determinadas avenidas e alteração de tráfego em alguns pontos.

4) Malha viária prejudicada

O motorista ribeirão-pretano se acostumou nos últimos anos a andar prestando atenção nos demais motoristas, placas de trânsito e também para o chão. É impossível andar na cidade sem cair nos inúmeros buracos que dominam nossas ruas e avenidas.

Quem mora em Ribeirão Preto, além de se revoltar com os buracos que surgem no asfalto, ainda fica irritado quando os serviços de tapa-buraco são realizados. Claramente, o trabalho é de baixa qualidade e, em poucos dias, os buracos surgem novamente. O dinheiro acaba sendo desperdiçado.

Mudar o perfil de manutenção do asfalto é um dos desafios. É necessário se otimizar o serviço para que o dinheiro, literalmente, não vá para o buraco. A aplicação de novas tecnologias é necessária para colocar fim a este problema.

Além disso, a Prefeitura de Ribeirão Preto terá que buscar nos governos federal e estadual recursos para recapear ruas e avenidas onde não é mais possível fazer a operação tapa-buracos. Porém, o recapeamento precisa ser de boa qualidade, com trabalhos que respeitem o que consta no projeto executivo da licitação, com uma fiscalização rígida do corpo técnico da prefeitura, que assegure a qualidade dos serviços.

5) Trânsito mais seguro

A falta de gestão no trânsito, o grande número de veículos e a ausência de programas eficazes de educação para o trânsito ainda transforma o trânsito de Ribeirão Preto em um grande risco para a população.

Dados do Observatório Nacional de Segurança, mostram que 33 pessoas morreram de janeiro a maio deste ano no trânsito de Ribeirão Preto.

Um dos dados que mais assustam é que, de cada três mortes, uma é de pedestre, o que mostra a falta de planejamento do trânsito (instalação de semáforos e faixas para pedestres), além da falta de campanhas educativas – tanto para motoristas como para pedestres.

Outro ponto importante é a instalação de ciclovias. É preciso buscar investimentos e planejar bem a instalação destas faixas para ciclistas. A Prefeitura de Ribeirão Preto chegou a anunciar, no PAC da Mobilidade, que seriam instaladas 30 km de ciclovias na cidade. Porém, o projeto não saiu do papel e mesmo assim continham grandes falhas, como a falta de continuação do percurso. No projeto, a prefeitura iria dividir os trechos pelos bairros, o que transformaria as ciclovias em algo mais voltado para o lazer do que para a segurança do transporte.

Ações e estratégias

- Promover a atuação integrada da Transerp com órgãos de planejamento e desenvolvimento urbano
- Estimular a mobilidade e a acessibilidade a todos os cidadãos, propiciando as condições necessárias para locomoção

- Priorizar, no conjunto de políticas de transporte e circulação, a mobilidade das pessoas e não dos veículos
- Implementar a melhoria do sistema de transporte coletivo, mediante a criação de condições para a implantação de rede multimodal
- Implementar melhorias na infraestrutura e serviços
- Melhorar as condições para os pedestres, por meio de tratamento dos passeios e vias, eliminação de barreiras arquitetônicas
- Promover a continuidade viária entre bairros ou regiões com a implantação de pontes e viadutos
- Efetivar a educação contínua para o trânsito
- Promover a criação de redes de transportes coletivos públicos multimodais integradas.
- Ampliar a intermodalidade nos deslocamentos urbanos, estimulando a integração do transporte público com o transporte individual e os meios não motorizados.
- Ampliar a oferta de infraestrutura viária, com privilégio para o transporte coletivo, buscando o estabelecimento de corredores prioritários.
- Incrementar o transporte coletivo com a criação de linhas circulares
- Incrementar o transporte coletivo público, sempre que possível com a criação das linhas troncais e alimentadoras
- Exigir o cumprimento do contrato para implantação de terminais e estações de embarca de desembarque de passageiros
- Exigir cumprimento contrato para melhoria dos abrigos dos pontos de ônibus
- Implantar ciclovias, ciclofaixas e bicicletários, estimulando o uso de bicicletas como meio de transporte;

- Garantir a construção de locais adequados para estacionamento de veículos e de bicicletas, próximos a estações, terminais e outros pontos de acesso ao sistema de transporte coletivo.
- Garantir o aproveitamento da linha ferroviária existente com a possível instalação do VLP (Veículo Leve sobre Trilho)
- Otimizar o nível de fluidez e segurança das vias da cidade com a melhoria da pavimentação.
- Aumentar a capacidade de oferta de infraestrutura viária para atender, adequadamente, à demanda de deslocamentos atual e futura.
- Promover a adoção de conteúdos curriculares relativos à educação para o trânsito

IV – eixo comunitário participativo

Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável

Consumo Responsável e opções de Estilo de Vida

Do Local para o Global

Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável

Algumas das propostas contidas no trabalho desenvolvido pelo CADES/ACIRP sob coordenação do INEPAD de 2012, já citado neste Projeto, merecem atenção e cuidado da Administração Municipal, tais como:

Construção de Distritos Industriais

Será definida uma estratégia de atração de atividades industriais, sob análise de impacto social e ambiental de um tipo específico de indústrias a ser instaladas no Município, preferencialmente as que contenham alta tecnologia, por serem menos poluentes e também por trazerem maior valor agregado e maior renda média aos trabalhadores. Essa atração pressupõe a colaboração das esferas governamentais do Estado e da União (parques tecnológicos) e da iniciativa privada.

Conglomerados (*clusters*) de Serviços e Comércio

Já existem vários exemplos na cidade, porém criados de maneira espontânea sem o planejamento efetivo da Municipalidade. Regiões inteiras podem e devem ser revitalizadas com a intervenção direta do planejamento municipal. Os *clusters* urbanos pressupõem empresas fisicamente próximas, inovadoras em arranjos econômicos localizados, o que exige da Prefeitura levar serviços públicos até as áreas que se pretende desenvolver. A revitalização do Centro da Cidade passa por incentivar uma estrutura de entretenimento e de lazer, além de estímulos a empreendimentos privados na área de serviços, principalmente médico. Iniciativas de planejamento e de ação parlamentar permitirão criar as devidas leis de ordenamento.

Incubadoras de empresas com base popular

A criação de uma incubadora popular permitirá facilitar a formalização de empresas e incentivar a cultura empreendedora da população. Esse projeto de incubadora popular pode ganhar contornos de desenvolvimento social e cidadania, uma vez que possibilitará a microempresários acesso a um escritório coletivo, treinamento em gestão, treinamento técnico e apoio aos processos de relacionamento com o Estado para a obtenção de documentação do seu empreendimento. É possível criar projetos para a melhoria dos serviços autônomos da cidade, como marceneiros, carpinteiros, pedreiros, eletricitas, padeiros, cozinheiras e costureiras, dentre outros. A incubadora será uma possibilidade de dar treinamento técnico e de gestão aos pequenos empreendedores. Ficarà a cargo da assistência social do Município, promovendo uma mudança na postura assistencialista para projetos que capacitem o cidadão a prestar serviços de qualidade de onde irá tirar o seu sustento, substituindo programas que não incentivam a prática do trabalho.

Escritório de Apoio ao Empresário

Será um elemento de apoio que dará suporte a microempresários na formalização de empresas e no relacionamento com os órgãos públicos, eliminando e minimizando os entraves burocráticos. Permitirá, inclusive, uma maior participação na governança social dos processos internos da Prefeitura.

Implantação Definitiva do Parque Tecnológico em Saúde

Promover maior interatividade com a FIPASE e a incubadora SUPERA, no sentido de garantir recursos e oportunidades para a multiplicação de empresas nos setores médico, hospitalar, farmacêutico e odontológico, solidificando a cidade como um pólo internacional nessas áreas.

Criação do Parque Tecnológico em TI

Constituição de um Arranjo Produtivo Local em apoio às iniciativas já existentes como o desenvolvimento pela ACIRP com o PISO – Pólo Industrial de Software. Para tanto, será necessária a destinação de uma área para a localização das futuras empresas do setor, preferencialmente nas imediações da FIPASE e a USP, na Zona Oeste da cidade, o que propiciará, também um novo vetor de ocupação territorial gerador de prosperidade.

Desenvolver um Arranjo Produtivo para Entretenimento, Cultura e Cinema

Há muitas iniciativas nessas áreas. No entanto, elas não estão organizadas na forma de um Arranjo Produtivo. A área central, por concentrar inúmeros espaços será revigorada em termos de qualificação com a multiplicação de atividades nesses importantes aspectos da cultura moderna.

Do Local para o Global

Proposta de Criação de Assessoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior do Gabinete do Prefeito de Ribeirão Preto

Missão

A Assessoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior trabalhará diretamente junto ao Gabinete do Prefeito e atuará em conjunto com todas as Secretarias, Autarquias e Órgãos da Prefeitura visando incrementar o relacionamento com Instituições Internacionais Oficiais e não governamentais, contribuindo para a projeção mundial do Município de Ribeirão Preto.

Justificativa

As novas perspectivas mundiais e o aumento das relações institucionais entre os países, propiciada pela Globalização e pela expansão crescente dos mercados externos, traz a necessidade de uma participação profissionalizada do Poder local visando incrementar e desenvolver as relações internacionais e comércio exterior do município. Inúmeros municípios do Brasil e do exterior já possuem uma Assessoria especializada em assuntos internacionais, viabilizando na prática o conceito da Diplomacia Federativa (*Subnational Diplomacy*), que traduz a necessidade de envolvimento e atuação direta de governos não centrais no estímulo às relações internacionais e comércio exterior.

Visando melhorar e atender interesses locais, a Assessoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior promoverá o intercâmbio comercial, científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre o Município e outras entidades e órgãos internacionais.

Nesta perspectiva, a Assessoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior criará um ambiente de diálogo cooperativo com as Associações Comerciais e Industriais, Entidades Representativas, Universidades e outras Instituições locais visando sempre a união de forças e catalisação de propostas para parcerias internacionais.

Ações práticas

Criar um Plano de Internacionalização para o Município de Ribeirão Preto é de suma importância para projetar a cidade e criar um ambiente favorável para investimentos externos, promoção comercial das nossas empresas para exportação de produtos e serviços, assim como estimular o Turismo de Negócios e dar a devida importância aos Eventos e Feiras Internacionais que são realizadas no Município. Prospecção e busca por Projetos envolvendo investimento estrangeiro em energia limpa e renovável, meio ambiente sustentável, ações sociais, educativas, culturais e educacionais serão prioridades da Assessoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior. Importante destacar que tais projetos somente serão captados se o Município possuir um Departamento profissionalizado e experiente nas relações internacionais, apto a demonstrar e comprovar a seriedade que essas entidades internacionais exigem para confiar e aplicar seus recursos.

Por fim, a Assessoria de Relações Internacionais e Comércio Exterior terá também a função de elaborar e executar uma agenda estratégica de compromissos internacionais da Prefeitura, gerenciando e profissionalizando as visitas oficiais internacionais. Será, também, responsável pelo protocolo oficial

do receptivo de missões de autoridades estrangeiras à cidade de Ribeirão Preto, assim como o necessário suporte aos eventos internacionais de interesse do Município.

Projeção de 20 Grandes Metas

(a serem projetadas, mediante estudos meticulosos, no primeiro ano de Governo e viabilizadas a partir do segundo)

1. Remodelação do Sistema de Mobilidade Urbana com a utilização de Outros Modais de Transporte Coletivo Rápidos, incorporando os 32 km de ferrovias desativadas que permitirão a instalação de eixos perimetrais em diversas direções
2. Reestruturação completa do Sistema de Saúde priorizando os agendamentos e suprir as demandas de especialidades médicas, com especial atenção ao acolhimento e às famílias atendidas num entrelaçamento de ações das demais Secretarias da área social: Educação, Assistência Social, Cultura, Esportes e Meio Ambiente
3. Tornar a Secretaria de Infra-estrutura uma espécie de Zeladoria da Cidade, com equipes permanentes de pavimentação, tapa buracos, construção de galerias pluviais e de cuidado das Praças e Parques de Lazer
4. Projeção de um Centro Administrativo Municipal que reúna todas as Unidades da Administração que anulará o dispêndio com dezenas de prédios alugados de terceiros
5. Implantação definitiva do Plano Municipal de Saneamento que incluirá o tratamento definitivo de Esgotos, em parceria com a Concessionária dos serviços
6. Modernização e automação dos sub-sistemas de Abastecimento de Água criando um Sistema Integrado a Grandes Reservatórios estrategicamente localizados de maneira a suprir a demanda de qualquer região da cidade

7. Elaborar e executar o Plano de Gestão Global dos Resíduos Sólidos
 - a) Reciclagem e utilização social dos resíduos da construção civil em parceria com os empreendedores do setor, com incentivos à implantação das unidades de reciclagem
 - b) Instalar uma Usina de Geração de energia elétrica a partir da utilização do lixo doméstico com capacidade de atender a cidade nos próximos dez anos, além de poder receber volumes das cidades do entorno, com tecnologias que cumpram as normas brasileiras, tendo como parâmetro as regulamentações ambientais europeias
8. Atender à demanda na área de Educação Infantil e Creches
9. Propor Convênios e Consórcios com os Municípios do entorno imediato e ir ampliando a sua abrangência, nas áreas de Saúde, Transporte Coletivo, Meio Ambiente, com atenção antecipada e em parceria com a futura Agência de Planejamento Metropolitana
10. Construção de um Centro Municipal de Esportes Olímpicos em parceria com a iniciativa privada
11. Estabelecer com os órgãos Federais e Estaduais políticas comuns de relacionamento internacional, além de órgãos empresariais, Embaixadas, Consulados, objetivando alcançar parcerias econômicas e de relacionamento cultural
12. Criar em colaboração com a FIPASE, o Pólo de Tecnologia da Informação e favorecer a instalação de empresas de tecnologia e de produtos de alto valor agregado

13. Criar incentivos ao desenvolvimento de projetos na área da “economia criativa” com o objetivo de incrementar negócios e gerar empregos
14. Favorecer o Turismo de Negócios com a multiplicação de Feiras, Exposições e Congressos
15. Implantar, progressivamente, sistemas de geração de energia elétrica por placas fotovoltaicas, reduzindo o consumo a menos de trinta por cento nos poços de captação do DAERP, nas unidades de saúde e nas Escolas Municipais
16. Identificar os imóveis que possuam significação histórica e torná-los próprios municipais e sejam utilizados como pólos de difusão cultural
17. Buscar uma solução definitiva, em parceria com as instâncias superiores do Estado e da União, para o Aeroporto Leite Lopes
18. Revitalizar a região central da cidade, oferecendo incentivos para a instalação de complexos empresariais e de negócios
19. Transformar a COHAB-RP numa Secretaria da Habitação
20. Envolver a Secretaria de Planejamento e Gestão e a CODERP num processo de ordenamento urbano e desenvolvimento econômico e social, por meio de uma Central de Projetos